

**UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA
FACULDADE DE GESTÃO E NEGÓCIOS
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO**

LIDIANE CAMPOS DOS SANTOS

**PERCEPÇÃO DO ASSOCIATIVISMO NA PECUÁRIA LEITEIRA EM UNAÍ/MG:
ESTUDO DE CASOS**

**PIRACICABA
2011**

LIDIANE CAMPOS DOS SANTOS

**PERCEPÇÃO DO ASSOCIATIVISMO NA PECUÁRIA LEITEIRA EM UNAÍ/MG:
ESTUDO DE CASOS**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Administração da Faculdade de Gestão e Negócios da Universidade Metodista de Piracicaba, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Administração.

Campo de Conhecimento:
Estudos Organizacionais e Gestão de Pessoas

Orientadora:
Prof^a. Dr^a. Silvia Helena Carvalho Ramos
Valladão de Camargo

PIRACICABA
2011

Santos, Lidiane Campos dos.

Percepção do associativismo na pecuária leiteira em Unai/MG: Estudo de casos.
Lidiane Campos dos Santos – 2011.
123 f.

Orientadora: Silvia Helena Carvalho Ramos Valladão de Camargo
Dissertação (mestrado) – Faculdade de Gestão de Negócios – Universidade
Metodista de Piracicaba.

1. Associativismo. 2. Pequeno Produtor. 3. Pecuária Leiteira. I. Camargo, Silvia
Helena Carvalho Ramos Valladão de. II. Dissertação (mestrado) - Universidade
Metodista de Piracicaba. III. Título: Percepção do associativismo na pecuária leiteira
em Unai/MG.

LIDIANE CAMPOS DOS SANTOS

**PERCEPÇÃO DO ASSOCIATIVISMO NA PECUÁRIA LEITEIRA EM UNAÍ/MG:
ESTUDO DE CASOS**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Administração da Faculdade de Gestão e Negócios da Universidade Metodista de Piracicaba, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Administração.

Campo de conhecimento:

Estudos Organizacionais e Gestão de Pessoas

Data da Defesa: 15/12/11

Banca examinadora:

Profª Drª Silvia H.C.R.V. Camargo (orientadora)
FGN-Universidade Metodista de Piracicaba

Prof. Dr. Christiano França da Cunha
FGN-Universidade Metodista de Piracicaba

Prof. Dr. Osvaldo Elias Farah
PPGA – Centro Universitário Nove de Julho

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho e todos os momentos de estudos a Deus, criador do universo e de todas as coisas; em especial a meus amados filhos (Victor Gabriel e Luiz Felipe), minha família (mãe Marlene, pai Deusdede, irmãs Eliane e Liliane, sobrinhos Isabelly e Lucas Daniel e cunhado Wagner) e ao meu amor (Reimário). Foi a partir de vocês que minhas forças, dedicação e vontade se renovaram para que eu chegasse até este momento, pois vocês me inspiram coragem para seguir em frente.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar a Deus, por ter me dado forças e sabedoria para alcançar esta vitória e realizar este sonho.

Ao Prof. Dr. Antonio Carlos Giuliani, por ser um exemplo de dedicação ao que faz.

À Prof^a. Dr^a. Silvia Helena, minha orientadora, por compartilhar comigo seu conhecimento.

Ao Professor Dr. Christiano França da Cunha e, em especial, ao Dr. Osvaldo Elias Farah, que aceitaram participar de minha banca de qualificação e, com suas sábias contribuições me conduziram para o desenvolvimento e conclusão deste trabalho.

Às colegas da Secretaria, sempre tão dedicadas a ajudar.

Aos colegas de mestrado, em especial Clareci e Vanesa sempre com uma palavra amiga e de incentivo.

A todos os professores do mestrado, que com competência e sabedoria enriquecem esse curso.

E finalmente, meu agradecimento aos amores de minha vida, meus filhos, meu namorado e minha família, que compreenderam minha ausência e sempre me apoiaram.

*“Qualquer coisa que você possa fazer, ou sonha
que possa fazer, comece a fazê-la”.*

Goethe (1749-1832), poeta alemão.

RESUMO

Esta dissertação investiga a percepção dos pequenos produtores de leite quanto aos benefícios proporcionados pelo associativismo, tendo como arcabouço teórico o associativismo, o pequeno produtor e a pecuária leiteira. Devido à regularização e normativas impostas à pecuária leiteira o pequeno produtor teve que buscar alternativas sustentáveis para continuar na atividade, sendo o associativismo uma de suas opções encontradas. Entretanto, este trabalho tem por objetivo analisar a percepção dos pequenos produtores de leite quanto aos benefícios propiciados após o ingresso na associação de Pequenos Produtores da Comunidade Alto Gado Bravo de UNAI-MG. A pesquisa mostra a importância do associativismo para os pequenos produtores de leite e contribuindo para sua permanência na atividade. O desafio deste estudo foi contribuir com o avanço teórico do associativismo aplicado aos pequenos negócios de leite e auxiliar os pequenos produtores que exploram a pecuária leiteira e, contribuindo para que a associação e órgãos públicos de Unai desenvolvam políticas públicas capazes de fortalecer a atividade leiteira, responsável por uma parcela significativa da economia da região. A entrevista foi aplicada aos trinta filiados a Associação dos Pequenos Produtores da Comunidade Alto Gado Bravo; foram elencadas questões sobre benefícios alcançados com o associativismo, desenvolvimento dos pequenos produtores e satisfação com a associação. Identificou-se que foram vários os benefícios alcançados, compreendendo ganhos financeiros, tecnológicos, sociais, ambientais, crescimento e desenvolvimento do pequeno produtor, além de elevar a autoestima e motivação para permanecer na atividade. Entretanto, conclui-se que o associativismo é essencial para a manutenção e sobrevivência destes pequenos produtores, pois além de promover a permanência na atividade, ainda proporcionou melhoria em suas condições de vida.

Palavras-chave: Associativismo, Pequeno Produtor, Pecuária Leiteira.

ABSTRACT

This dissertation investigates the perception of small milk producers on the benefits provided by the association, having as theoretical framework the associations, small farmers and dairy farming. Due to the regularization and regulations imposed on the small-scale dairy farming had to seek sustainable alternatives to continue the activity, and the associations found one of your options. However, this study aims to analyze the perception of small milk producers for benefits that accrue upon joining the Association of Small Farmers Livestock Community High Unai Bravo-MG. As a consequence the theoretical framework can meet the importance of associations for small milk producers and contribute to their permanence in the activity. The challenge of this study was to contribute to the advancement of the theory applied to small business associations of milk and helping small producers that exploit dairy farming, and contribute to the association and to Unai public agencies to develop public policies to strengthen the dairy industry, remembering that this is responsible for a significant portion of the region's economy. In conclusion, we present a study of thirty members of the Association of Small Farmers Livestock Community High Bravo, who were interviewed in their own association with a semi-structured questionnaire containing closed and open questions involving the benefits achieved by the association, development of small producers and satisfaction with the association. Thus, we identified that there were several benefits, including financial gain, technological, social, environmental, growth and development of small farmers, and enhancing self-esteem and motivation to stay in business.

Key words: Associations, Small Producer, Dairy Cattle.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Sistema Agroindustrial do Leite no Brasil	43
Figura 2: Variáveis da Pesquisa.....	57
Figura 3: Foto – Associação de Pequenos Produtores da Comunidade Alto Gado Bravo.....	65
Figura 4: Foto – Tanque de Armazenamento do Leite, Associação de Pequenos Produtores da Comunidade Alto Gado Bravo.....	74
Figura 5: Foto – Coleta do Leite Realizada pela Cooperativa, Associação de Pequenos Produtores da Comunidade Alto Gado Bravo	74

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Área Explorada pela Atividade Leiteira	69
Gráfico 2: Tempo que está na Atividade	70
Gráfico 3: Quantidade de Leite Entregue pelos Associados a Associação.....	71
Gráfico 4: Percentual de Aumento sobre a Receita, após o Ingresso na Associação.....	77
Gráfico 5: Percentual de Redução nos Custos, após o Ingresso na Associação.....	78
Gráfico 6: Percentual de Aumento na Produtividade, após o Ingresso na Associação.....	79

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Definição de associativismo	26
Quadro 2: Benefícios alcançados ao atuar através do associativismo <i>versus</i> dificuldades encontradas ao atuar individualmente	28
Quadro 3: Plano de Análise.....	61

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Produção Mundial de Leite – 2005/2011	46
Tabela 2: Números de Cabeças <i>versus</i> Produção de Leite – 2005/2011	51
Tabela 3: Municípios com Maior Produção de Leite – 2008/2010	52
Tabela 4: Início da Atividade Pecuária	70
Tabela 5: Pessoas que Residem e Trabalham na Propriedade.....	72
Tabela 6: Produtores que Retornaram a Atividade.....	72
Tabela 7: Produtores que Iniciaram na Atividade após a Associação	73
Tabela 8: Leite Comercializado somente pela Associação.....	73
Tabela 9: Benefício com a Venda do Leite em Conjunto.....	75
Tabela 10: A Associação Realiza Compras em Conjunto.....	75
Tabela 11: Aumento da Receita após Ingresso na Associação.....	76
Tabela 12: Redução nos Custos após Ingresso na Associação.....	77
Tabela 13: Aumento na Produtividade após Ingresso na Associação	78
Tabela 14: Busca por Melhores Oportunidades (financeiras e tecnológicas)	79
Tabela 15: A Associação Promove Acesso ao Crédito	80
Tabela 16: Benefícios ao Buscar Crédito através da Associação.....	80
Tabela 17: Aquisição de Maquinários e Equipamentos	81
Tabela 18: Melhorias na Propriedade após Ingresso na Associação	82
Tabela 19: Qualificação e Melhoria da Mão de Obra.....	83
Tabela 20: Realização de Capacitação, Treinamentos e Eventos.....	83
Tabela 21: Conscientização Ambiental.....	84
Tabela 22: Melhorias em Serviços como Saúde, Educação e Outros	85

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANUALPEC – Anuário da Pecuária Brasileira

CAI – Complexo Agroindustrial

CAPUL – Cooperativa Agropecuária de Unai Ltda

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CPA – Cadeia de Produção Agroindustrial

DECOMTEC – Departamento de Competitividade e Tecnologia

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FAEP – Federação da Agricultura do Estado do Paraná

FEBRAFAR – Federação Brasileira das Redes Associativistas de Farmácias

FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços

IN – Instrução Normativa

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITAMBÉ – Cooperativa Central dos Produtores de Minas Gerais

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

MPR – Microprodutor Rural

PNMQL – Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite

PPP – Produtor Rural de Pequeno Porte

SAI – Sistema Agroindustrial

SBA – Small Business Administration

SEAPA – Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SRF – Secretaria da Receita Federal

UFIR – Unidades Fiscais de Referência

Sumário

1 INTRODUÇÃO	19
1.1 Problema de Pesquisa	20
1.2 Objetivos da Pesquisa.....	21
1.2.1 Objetivo Geral	21
1.2.2 Objetivos Específicos	21
1.3 Proposições da Pesquisa.....	21
1.4 Justificativa e Contribuições do Estudo.....	22
1.5 Metodologia.....	23
1.6 Estrutura da Dissertação.....	23
2 ASSOCIATIVISMO	25
2.1 Associativismo e Pecuária Leiteira.....	29
2.2 Associativismo e Pequenos Produtores Rurais.....	30
2.3 Associativismo como Fator de Desenvolvimento	32
3 ABERTURA DO MERCADO E OS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS	35
3.1 Importância dos Pequenos Produtores Rurais	388
3.2 Classificação dos Produtores Rurais.....	39
3.3 Complexo Agroindustrial e os Pequenos Produtores Rurais.....	41
4 O AGRONEGÓCIO LEITEIRO NO BRASIL	466
4.1 O Agronegócio Leiteiro em Minas Gérias.....	50
4.2 O Agronegócio Leiteiro em Unai/MG.....	51
5 METODOLOGIA	54
5.1 Tipo de Pesquisa.....	54
5.2 Modelo da Pesquisa e Apresentação das Variáveis	566
5.3 Plano Amostral	57
5.4 Coleta de Dados: Métodos e Instrumentos	58
5.4.1 Tipos de Dados	58
5.4.2 Técnica de Coleta e Análise de Dados.....	588
5.5 Etapas da Pesquisa.....	60
5.6 Coleta e Crítica dos Dados.....	60

5.7 Plano de Análise	61
6 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS	62
6.1 Coleta de Dados.....	62
6.1.1 Constituição e Caracterização da Associação Participante do Estudo.....	63
6.2 Análise dos Dados.....	67
6.3 Tipologias das Propriedades e Sócios da Associação de Pequenos Produtores da Comunidade Alto Gado Bravo	68
6.4 Análise dos Dados sobre Associativismo na Pecuária Leiteira	72
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	889
7.1 Limitações da Pesquisa.....	91
7.2 Sugestões de Pesquisas Futuras	911
8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	93

1 INTRODUÇÃO

Com a abertura dos mercados, na década de 90, grandes transformações começaram a ocorrer no padrão dos consumidores, além da constituição de grandes indústrias e entrada de produtos importados no mercado brasileiro.

Esse ambiente acabou provocando uma concorrência acirrada, exigindo das organizações maior eficiência, qualidade, produtividade e conseqüentemente, maior especialização na atividade desenvolvida. Toda essa exigência acarretou um aumento na capacidade competitiva das atividades agrícolas. Em especial, o setor leiteiro, que enfrentou profundas mudanças estruturais, pois a produção da maneira até então realizada já não era mais suficiente para se manter no mercado. (MORAES, 2010).

Para Sanabio e Antonialli (2008, p. 09-10), as importações de leite e derivados foi o fator propulsor da reestruturação no setor. Mas ainda é importante ressaltar que, com a abertura da economia brasileira, à Europa passou a ser uma grande competidora, em especial no mercado de leite em pó, pois recebe subsídio de seus governos, como forma de incentivo, o que acaba promovendo a importação de seus produtos comparando-a com a produção interna do Brasil. Outra situação são os países que participam do Mercosul, como Uruguai e Argentina, os quais possuem um sistema de produção avançado e especializado, ou seja, possuem alta produtividade com baixo custo de produção. Porém, a necessidade de o agronegócio leiteiro buscar especialização passou a ser essencial para sua manutenção, desenvolvimento e crescimento.

Pode-se observar que, com a estabilização da economia, o setor leiteiro cresceu, pois pessoas que até então não tinham poder aquisitivo para adquirir produtos lácteos passaram a consumi-los, incentivando não só os produtores brasileiros, mas o ingresso de mais produtos importados no mercado.

Diante da competitividade que os produtos importados têm comparados com os nacionais, foi necessária a intervenção do governo mediante o Programa Nacional

de Melhoria da Qualidade do Leite (PNMQL), o qual teve como objetivo melhorar a qualidade do leite e seus derivados, além de promover a competitividade. Todavia, para a melhoria dessa qualidade, passa a ser fundamental o reconhecimento e valorização do leite com qualidade superior e pagamento diferenciado pela qualidade, fatores considerados como estímulos aos produtores. (AMARAL, 2009).

Com a busca da qualidade e o cumprimento das exigências do governo, através da legislação sanitária, o número de produtores tem reduzido significativamente, pois aqueles produtores que não se especializam e não aumentam a produtividade acabam buscando alternativas diferenciadas e outros abandonam a atividade.

Grande parte dos produtores, para se manterem no mercado, optam por trabalhar informalmente. Por existência de falhas na vigilância sanitária, estes produtores realizam vendas diretas de sua produção ao consumidor, fabricam queijos, manteiga, requeijão, entre outros produtos derivados do leite. Porém, uma alternativa encontrada, por alguns pequenos produtores de leite tem sido o associativismo, pois devido à escala mínima de produção e à falta de capital financeiro para realização de investimento individual, estes acabam se unindo por meio de associações constituídas com o intuito de seu fortalecimento.

Segundo Gomes (2008), a união destes pequenos produtores é uma forma estratégica de se manterem no mercado e com essa nova situação, a cada dia cresce mais o número de associações. Por meio delas os produtores conseguem atingir a escala de produção e, se bem organizada, podem exigir do poder público políticas públicas condizentes com a realidade desses pequenos produtores e até mesmo realizar compras em conjunto ou vender seus produtos (leite, queijos, iogurtes, manteiga, margarina, requeijão e seus derivados) o que propiciaria um ganho representativo para o grupo nas negociações. (MARION, 2011).

1.1 Problema de Pesquisa

Devido à importância das associações, a necessidade de sobrevivência dos pequenos produtores e sua influência na economia formulou-se a seguinte pergunta de pesquisa:

Qual a percepção dos pequenos produtores de leite quanto aos benefícios propiciados pelo associativismo?

1.2 Objetivos da Pesquisa

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral desta pesquisa é analisar a percepção dos pequenos produtores de leite quanto aos benefícios propiciados após o ingresso na associação.

1.2.2 Objetivos Específicos

Com o intuito de analisar a percepção dos pequenos produtores de leite em relação ao associativismo, a pesquisa aborda os seguintes objetivos específicos:

- a) apurar os ganhos dos pequenos produtores de leite após o ingresso na associação;
- b) identificar os ganhos que contribuíram para o desenvolvimento dos associados;
- c) verificar se os associados estão satisfeitos com a associação.

1.3 Proposições da Pesquisa

A pesquisa permitirá que seja levantada a seguinte proposição:

Proposição 1: Na percepção do pequeno produtor de leite o associativismo pode ser considerado uma ferramenta propulsora de melhorias.

Proposição 2: O associativismo contribui para o desenvolvimento do pequeno produtor de leite.

1.4 Justificativa e Contribuições do Estudo

O pequeno produtor passa por várias dificuldades, principalmente após a instituição, em 2002, da Instrução Normativa 51, que trata da regulamentação da produção, identidade, qualidade, coleta e transporte do leite. Sendo importante destacar que o cumprimento das determinações da IN 51 é fundamental para a cadeia produtiva do leite, tendo em vista a exportação de lácteos e a necessidade de produzir com competência e qualidade, podendo assim conquistar a confiança do consumidor. (FAEP, 2006).

Todas as exigências da IN 51 estão focadas numa melhor qualidade do produto, mas o pequeno produtor possui baixa especialização na atividade, além de restrições para novos investimentos. Mello e Assmann (2002) ressaltam que diante das mudanças que vêm ocorrendo na cadeia produtiva do leite, o pequeno produtor apresenta uma capacidade de reação menor, isso devido às exigências do mercado.

Continuando as observações de Mello e Assmann (2002), os principais obstáculos encontrados pelo pequeno produtor estão na produção em pequena escala, fator limitante do desenvolvimento, uma vez que atualmente o foco está na produção em grande escala, por área e animal; na baixa produtividade do rebanho, devido à qualidade genética e alimentação utilizada; e no tradicionalismo que apresenta resistindo à implantação de novas técnicas e procedimentos.

Apesar de todos estes empecilhos o pequeno produtor persiste na atividade, muitas vezes motivado por fatores pessoais e na esperança de melhora da situação, mas pode-se observar também que algumas alternativas estão sendo buscadas, podendo citar a formação de associações com uma delas.

O associativismo rural tem como propósito proporcionar condições de crescimento aos pequenos produtores de forma consciente e organizada. A união destes produtores promove condições para obter resultados em uma economia de escala, além de melhorias no conhecimento, utilização de maquinário, oferta de trabalho, conscientização ambiental, estabilidade financeira, utilização de serviços públicos e outros. Todos estes fatores acabam promovendo uma melhoria na qualidade de vida

dos produtores, o que tende a fixá-lo no campo, reduzindo sua mudança para os centros urbanos em busca de melhores oportunidades.

De acordo com a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais - SEAPA (2010), 70% dos produtores de leite do estado são considerados de pequeno porte, com uma produção diária abaixo de 100 litros. Entretanto, é notória a importância do pequeno produtor para a economia da região, estado e país, podendo compreender não só a geração de renda e emprego, mas também melhores condições de vida e permanência do homem no campo.

No entanto, o associativismo pode ser a alternativa encontrada para os pequenos produtores se manterem no mercado; ainda assim não são considerados relevantes para o agronegócio leiteiro, uma vez que os grandes produtores são considerados o elo forte da cadeia produtiva do leite, entretanto estes já foram e continuam sendo estudados, dando destaque à necessidade de estudar e analisar a maneira como os pequenos produtores estão se organizando e desenvolvendo seus negócios. É relevante destacar ainda a importância do agronegócio leiteiro em Unai/MG, como fonte geradora de emprego, renda e a permanência do homem no campo e o aumento da capacidade econômica.

1.5 Metodologia

Para atingir os objetivos propostos, será utilizada uma pesquisa exploratória e descritiva, tendo como método o estudo de caso. Quanto ao problema a ser investigado será aplicado o procedimento qualitativo, utilizando o roteiro de entrevista. Os procedimentos metodológicos serão detalhados no capítulo 5.

1.6 Estrutura da Dissertação

Nesse primeiro capítulo são apresentados a importância do trabalho, os objetivos geral e específicos, a proposição, o problema de pesquisa, justificativa da pesquisa e a estrutura geral do trabalho.

No capítulo 2, estuda-se o associativismo, associativismo na pecuária leiteira, associativismo e pequenos produtores e por fim associativismo como fator de desenvolvimento.

O capítulo 3 aborda a abertura do mercado e os pequenos produtores, classificação e importância dos pequenos produtores rurais, complexo agroindustrial e os pequenos produtores rurais.

O capítulo 4 contempla o agronegócio leiteiro no Brasil, em Minas Gerais e Unaí.

O capítulo 5 apresenta o desenvolvimento do estudo de caso que foi o método de pesquisa utilizado para a elaboração deste trabalho. A coleta de dados se deu por intermédio da entrevista.

No capítulo 6 estão expostos os resultados da pesquisa a análise da organização envolvida no estudo.

O capítulo 7 contém as considerações finais desta pesquisa à luz dos objetivos pretendidos e sugestão para trabalhos futuros.

E por fim as referências.

2 ASSOCIATIVISMO

O associativismo vem ganhando espaço e se destacando, podendo ser considerado um dos fatores promovedores do desenvolvimento social. Singer (1998) menciona que a primeira manifestação associativista ocorreu em “Rochdale-Manchester na Inglaterra, no final do século XVI, no início da Revolução Industrial, formado por um grupo de 28 trabalhadores que decidiram aplicar os dois pences que recebiam por semana, na fundação de uma loja”.

Já Baptista (2008, p. 03) diz que o surgimento do associativismo ocorreu nos Estados Unidos em 1953, através de um órgão responsável pelos programas federais (*Small Business Administration - SBA*) para a gestão de pequenos negócios. Mas relata também que, anteriormente, já existiam pequenas associações de pequenos empresários, que atualmente é a maior associação independente de pequenas empresas, a *National Federation of Independent Business*.

Para Nabozny e Rodrigues (2011, p. 274), o associativismo ocorreu devido a influência das ideias liberais da época e se constituiu em um modelo de produção social alternativo, deixando claro que sua raiz está nos interesses comuns das pessoas e na união em busca de um objetivo comum.

Mançano (2008, p. 25), ressalta que o associativismo “está ligado a ideia de vivência coletiva, de novas experiências e enriquecimento de conhecimentos”. Considera ainda ser uma alternativa que transforma capacidades individuais em conquistas e melhorias coletivas, ou seja, o associativismo pode ser compreendido como a ação de associar, juntar, agregar e unir forças para atingir um objetivo comum.

Na concepção de Frantz (2002), o associativismo “é um fenômeno que pode ser detectado nos mais diferentes lugares sociais: no trabalho, na família, na escola etc”. Aborda ainda que a organização associativa pode ser compreendida no sentido econômico, como forma de produzir e distribuir bens necessários à vida.

Para Camargo (2007), o propósito do associativismo está em:

fazer com que seus atores de alguma maneira se integrem ao contexto no qual estão inseridos, onde todos os envolvidos possuem os mesmos propósitos ou semelhantes e interesses comuns; porém, o indivíduo não deve pensar isoladamente, mas sempre no conjunto do qual faz parte. (CAMARGO, 2007, p. 127).

Por fim, Campos (2006, p. 5) ressalta que o associativismo, busca reunir forças, com o intuito de fazer valer a vontade e a defesa dos interesses de um determinado grupo. O Quadro 1 apresenta uma síntese de definições do associativismo.

Quadro 1: Definição de associativismo

AUTOR	DEFINIÇÃO DE ASSOCIATIVISMO
Alencar (1997)	Refere-se à atividade humana, desenvolvida em um grupo social que é constituído por uma coletividade de indivíduos ligados entre si por uma rede ou sistema de relações sociais.
Bernardi (2003)	Reunião de pequenos e médios varejistas independentes, que, unindo seus pedidos (compra centralizada), auferindo preços e prazos mais atraentes, junto aos fornecedores, conseguindo, assim, reduzirem os custos operacionais e aumentarem sua participação no mercado.
Canterle (2004)	É uma forma de união de interesses comuns, onde a sociedade se organiza através de ajuda mútua para resolver diversos problemas relacionados ao seu dia a dia.
Campos (2006)	Ato de associar-se, agregar-se, juntar-se, unir forças alinhadas a um propósito comum.
Bicalho <i>et al.</i> (2008)	União voluntária de pessoas, visando atender anseios e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, a partir de uma organização coletiva e democraticamente gerida.
Mançano (2008)	Qualquer iniciativa formal ou informal que reúne um grupo de empresas ou pessoas, com o objetivo principal de superar dificuldades e gerar benefícios econômicos, sociais ou políticos.
Ferreira <i>et al.</i> (2009)	Formação de entidades do direito privado que configuram uma pessoa jurídica composta pela associação de indivíduos ou grupos, com interesses comuns e objetivos definidos, não possuindo capital social.

Fonte: Elaborado pela autora, 2011.

Mas no Brasil, as primeiras ações associativistas ocorreram, no sul do país, por volta dos anos 70 e 80, abrangendo os segmentos de vinho e calçados, que através de uma iniciativa autônoma, de agentes privados, promoveram ações para a solução de seus problemas. (FIESP/DECOMTEC, 2010, p. 05).

Leonello e Cosac (2006, p. 01) abordam que a partir de 1990 as discussões sobre associativismo, no Brasil, tornaram-se mais fortes, abordando temas como o desenvolvimento local/territorial e social, concepções de sustentabilidade, isto é, uma visão mais realista foi colocada, sobrepondo as discussões desenvolvimentistas elaboradas nos anos anteriores. Nessa concepção, ressaltam ainda que:

o associativismo, constituindo-se em exigência histórica para melhorar a qualidade da existência humana, ou seja, para melhorar as condições de vida dos indivíduos de um determinado local, pois faz com que a troca de experiências e a convivência entre as pessoas se constituam em oportunidade de crescimento e desenvolvimento. (LEONELLO e COSAC, 2006, p. 01).

Já Baptista (2008, p. 03) expõe que o associativismo, no Brasil, surgiu como um modelo de gestão estratégia dos negócios. O autor ainda destaca que essa foi a forma encontrada por vários empresários para continuar com suas atividades e conquistar representatividade perante fornecedores e clientes, pois através da associação o grupo usufrui do direito de usar uma única bandeira, ou seja, explorar a marca, podendo diminuir os custos com *marketing*, aumentar o poder de negociação perante fornecedores, além de cursos e palestras para o segmento.

Entretanto, de acordo com Camargo *et al.* (2002), vários são os benefícios alcançados, podendo destacar também:

redução de custos de preços de produtos, fretes, compartilhamento de custos de armazenagem, aluguel, funcionários, treinamento, aumento na quantidade e *mix* de produtos adquiridos, aumento da linha de crédito com grandes fornecedores, a possibilidade de aquisição de novos produtos que antes não faziam parte de seu *mix* e troca de experiências. Também há barreiras que dificultam o sucesso da rede, como: interesses conflitantes entre associados, legislação, carga tributária, falta de comprometimento e de confiança entre os parceiros. (CAMARGO *et al.*, 2002, p. 02).

Os benefícios são muitos e o associativismo pode ser a alternativa encontrada para fortalecer as organizações e empreendimentos de pequeno porte, sendo assim Duarte (2001) também destaca algumas de suas vantagens:

Permite à empresa atingir dimensão crítica (dimensão virtual) em relação a uma determinada função, evitando um incremento injustificado do seu tamanho, explorando economias de escala ou de gama; Facilita o acesso a novos mercados, permitindo significativas sinergias quando as empresas possuem mutuamente fortes aspectos complementares, e contribui para o

esforço da posição de mercado, tanto em nível geográfico como em nível de produção; Estabelece uma forma de organização partilhada, não sendo necessário que a totalidade das operações organizadas se realize no seio de uma única empresa e enriquece, também, as relações com o mercado; Acelera o processo de aprendizagem e reduz o tempo necessário para alcançar um novo produto ou processo, permitindo o acesso a novo *know-how* e tecnologias; Permite uma maior e melhor partilha de riscos, distribuindo custos e vantagens de uma determinada atividade entre um certo número de participantes, ou divide um certo número de recursos por um conjunto de processos diferentes; Favorece as operações complementares assegurando uma divisão mais adequada do trabalho (por exemplo nas relações entre invenção e inovação comercial); Pode assegurar a estabilidade necessária a implementação de uma política de expansão das empresas com pouco recursos. (DUARTE, 2001, p. 10).

Conforme Campos (2006, p. 14), vários são os benefícios alcançados pelas organizações que aderem ao associativismo, o mesmo não ocorre nas que persistem em atuar de forma individual (Quadro 2).

Quadro 2. Benefícios alcançados ao atuar através do associativismo versus dificuldades encontradas ao atuar individualmente

BENEFÍCIOS	DIFICULDADES
Aprofundamento na tecnologia	Falta de atualização
Assegurar oferta e/ou demanda	Pressão de fornecedores
Compensação do poder de negociação	Representatividade ineficaz
Maior habilidade em efetuar diversificação	Distanciamento dos clientes
Barreiras de mobilidade e entrada elevadas	Pressão dos clientes por inovação
Estar num negócio com retorno mais elevado	Crédito inacessível e caro
Defesa contra possíveis fechamentos	Perda de participação (financeira)
Divulgação conjunta do negócio	Aumento da concorrência
Aumento do poder de vendas	Pouco (pequeno) volume de compra
Redução de distorções no custo	Desconhecimento dos preços de mercado
Análise de preços atualizada com o mercado	Tendência a uma postura autorreferencial
Fortalecimento de uma vantagem local	Desconhecimento do potencial de que dispõe
Inserção de uma marca (nome da rede)	Descontinuidade

Fonte: Adaptado de Campos (2006, p. 27).

Através dos benefícios apresentados é possível compreender o motivo pelo qual o associativismo torna-se cada vez mais forte, além de ser uma ferramenta estratégica

para as pequenas empresas. Destaca-se, entretanto, segundo Camargo (2007, p 127), que o maior ganho do associativismo está no aprendizado, nas mudanças no estilo de liderança e negociação, na maneira de pensar, na flexibilidade em como encarar potenciais concorrentes como potenciais aliados e assim poder reduzir o custo da inexperience.

2.1 Associativismo e Pecuária Leiteira

O segmento agropecuário, de acordo com Kunzler (2009, p. 47), apresenta uma grande fragilidade, isso devido à falta de organização e informação dos produtores, podendo destacar também a fragilidade da organização e coordenação das cadeias produtivas. Conforme Araújo:

a característica típica do segmento é a de numerosos produtores rurais predominantemente pequenos, distribuídos e distanciados em grandes espaços, com pouca organização representativa, de modo que não tem força suficiente para formar preço de seus próprios produtos. É de praxe deles, quando ofertam seus produtos, perguntar 'quanto o comprador paga', mesmo quando é este que se dirige ao estabelecimento do comprador. (ARAÚJO, 2003, p. 67).

Kunzler (2009, p. 47) aborda a necessidade de estes produtores se organizarem, podendo desta forma alcançar objetivos que individualmente, devido à dificuldade, incapacidade e até mesmo limitações, não poderiam alcançar.

Entretanto, Silva e Barone (2009, p. 02) expõem que o associativismo rural pode ser compreendido como ferramenta de luta para os pequenos produtores, pois é capaz de promover a permanência dos mesmos no campo, além de servir de estratégia de resistência social. O autor também menciona que estes produtores possuem uma produção de pequena escala e com esta nova prática, mesmo tendo uma pequena produção em conjunto, através da associação, conquista a oportunidade de inserir seu produto no mercado.

Melo (2006) ressalta que as associações rurais surgem devido à necessidade dos pequenos produtores de melhorar sua produção e dinamizar suas relações, ou seja, através de objetivos comuns se unem em grupos, com a finalidade de aumentar seu

poder de negociação e competição. Podendo assim conseguir melhores resultados tanto na compra de insumos como no beneficiamento e venda do produto final.

Para Almeida e França (2004, p. 11), associação pode ser definida como “grupo de duas ou mais pessoas que se organizam para defender interesses comuns, sem fins lucrativos e com personalidade jurídica”.

De acordo com Pedrozo (2006, p. 93-94) associação é “uma organização social de pessoas com um objetivo definido”. Acrescenta que algumas características merecem destaque, como ninguém é obrigado a participar de uma associação, pois deve ter livre arbítrio; a organização interna com diretoria e conselho fiscal, subordinado à assembléia geral; o objetivo do grupo é mais importante que os objetivos individuais e por fim, não possuir um dono definido, todos os associados são responsáveis pela gestão e organização da mesma.

Sendo assim, faz-se necessário destacar:

A singularidade da organização associativa encontra-se em uma gestão coletiva efetuada pelos seus próprios usuários, baseada em princípios de democracia e solidariedade, e na importância dada ao trabalho e fidelidade de seus membros. Além disso, a associação, ao invés de visar lucro, objetiva contribuir para a valorização da produção de seus associados e a melhoria de seu bem-estar. (BICALHO *et al.*, 2008, p. 09).

Ferreira (2009, p. 34) acredita que apesar da gestão coletiva “ainda há deficiência em gestores com experiências associativas, o que é um problema sério, visto que o papel do gestor é fundamental para o sucesso ou fracasso de um grupo”, ponto este preocupante, pois é fundamental que os gestores tenham consciência desta situação e busquem por capacitação e apoio.

2.2 Associativismo e Pequenos Produtores Rurais

Com a globalização e a Instrução Normativa (IN) 51, os pequenos produtores começaram a se deparar com várias dificuldades, podendo citar os altos preços dos insumos e equipamentos, além do baixo valor pago pelo produto vendido e a falta de apoio institucional (custeios, assistências técnicas, assessorias, e outros). Diante

desta nova realidade os pequenos produtores se encontram praticamente impossibilitados de produzir e de se manterem nas propriedades, surgindo como alternativa o associativismo, pois o mesmo passa a ser uma opção de sobrevivência.

Segundo Hespanhol (2011, p. 7-8), as associações surgem da incapacidade de outros canais de representação, como sindicatos rurais e cooperativas, de dar respostas satisfatórias e constantes às necessidades dos pequenos produtores. Assim, devido às associações estarem localizadas na própria comunidade, propõe-se a eliminação ou diminuição de certas dificuldades (distância geográfica, entraves burocráticos, etc.) em termos de acesso, facilitando a participação, o controle e a representação dos interesses dos associados.

É importante ressaltar que mesmo as associações tendo:

projeção de ações coletivas não significa a anulação das individualidades e suas concepções de mundo, muito menos dos valores sociais, mas sim estabelecer princípios de identificação coletiva, enquanto reconhecimento de um valor de grupo na operação de processos emancipatórios. (NABOZNY e RODRIGUES, 2011, p. 275).

De acordo com Melo (2006), as associações apresentam um papel essencial na sobrevivência e permanência dos produtores no campo, além de atuar como propulsoras do desenvolvimento, favorecendo o processo de aprendizagem coletiva, conforme situações de cada grupo. O autor também coloca que essa forma de organização busca o objetivo do grupo e não o individual, sendo necessário que as famílias busquem uma nova forma de convívio, em que prevaleça o trabalho em conjunto, como mutirões ou plantios solidários.

Dentro deste contexto Leonello e Cosac (2006, p. 05) destacam que as associações servem de instrumento para realizar as demandas sociais e ao mesmo tempo têm a capacidade de promover o desenvolvimento local. Assim, o associativismo pode ser considerado uma ferramenta estratégica para atingir objetivos individuais, através do conjunto.

Em contrapartida, Bicalho *et al.* (2008, p. 09) dizem que as associações servem como fornecedores ou processadores e distribuidores de insumos a seus

associados, pois com a competitividade do mercado, buscam por ampliar suas ações dentro da cadeia de valor. Pontos que levam à viabilização e à promoção dos resultados financeiros dos pequenos produtores, promovendo a melhoria de sua qualidade de vida. O autor ainda expõe que:

A cooperação beneficia, ainda, a negociação dos mesmos com suas empresas fornecedoras e clientes e possibilita a escala necessária para ampliar a participação destes no preço pago pelos consumidores finais. Adicionalmente, a partir da gestão democrática e da ação social da associação é possível desenvolver projetos e intervir em políticas que tenham impacto na mesma. (BICALHO *et al.*, 2008, p. 09).

Dessa forma, pode-se perceber que os relacionamentos nas associações são diferenciados, pois são embasados na cooperação, confiança e compromisso entre o grupo e ao mesmo tempo buscam por melhores oportunidades de colocação do seu produto no mercado.

2.3 Associativismo como Fator de Desenvolvimento

O Desenvolvimento Rural, conforme Ferreira (2007), não compreende somente o desenvolvimento econômico, mas sim o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico, humano e social. Ressalta ainda que, os pequenos produtores devem dedicar maior atenção às questões fora das propriedades ao invés das questões dentro das propriedades, ou seja, devem analisar primeiramente o mercado e a demanda por produtos, podendo assim produzir o que é solicitado pelo mercado.

Para Furtado (2005, p. 227), “o verdadeiro desenvolvimento é, principalmente, um processo de ativação e canalização de forças sociais, de melhoria da capacidade associativa, de exercício da iniciativa e da criatividade. Desse ponto de vista, trata-se de um processo social e cultural, e apenas secundariamente econômico”.

Consequentemente, Mançano (2008, p. 03) destaca que o desenvolvimento das associações só pode acontecer através da cooperação dos associados e a sua plena participação nas decisões e nos negócios.

Em contrapartida, Avritzer (2004) menciona que o associativismo promove e incentiva a busca e incorporação de novos conhecimentos, provocando a inovação e o aperfeiçoamento. Destaca ainda que, os envolvidos mais importantes não são os participantes isolados, mas as corporações em que se envolvem e cuja atuação passa a depender dos interesses pessoais de cada envolvido. Dessa forma, o associativismo expõe uma relação social dinâmica, e em movimento, tornando-se um fator estratégico para a melhoria das condições de vida e como propulsor do desenvolvimento.

Frantz (2002, p. 25) também destaca que o associativismo provoca uma relação dinâmica e em movimento, direcionada à melhoria do local. No entanto, o desenvolvimento é um processo fundado em relações sociais associativas.

Apesar de promover o desenvolvimento, Carvalho (2006) relata que o associativismo é um mecanismo de difícil implementação, uma vez que requer coesão cultural, predisposições, iniciativas locais e outros requisitos.

Alencar (1997) afirma que o associativismo é uma opção estratégica capaz de transformar ou até mesmo modificar a realidade, podendo também ser visto como um instrumento que proporciona aos diferentes atores sociais meios para se adaptarem a essa realidade. Despertando assim a possibilidade de combinar desenvolvimento coletivo e individual.

Serra e Paula (2007) dizem que o desenvolvimento só acontece quando suas vantagens são apresentadas e por necessidade, gera novos conhecimentos e induz o aprendizado, podendo gerar capital. Destaca que o aprendizado depende não só do conhecimento, condições de suporte e infraestrutura, mas principalmente da cooperação, que acaba se tornando o diferencial.

Além disso, na concepção de Saron e Hespanhol (2011), o associativismo pode ser considerado uma ferramenta estratégica para a manutenção do homem no campo, pois proporciona maior autonomia e poder de barganha ao pequeno produtor, promovendo, entretanto, o desenvolvimento e a melhoria nas condições de vida.

Carvalho (2006) ainda observa que muitos produtores têm uma aversão a esses mecanismos, pelo fato de já terem sido vítimas de experiências que não deram certo, ou mesmo por dificuldade em aceitar mudanças, por falta de confiança, falta de uma cultura da cooperação etc. Sendo assim, o associativismo deve ser compreendido como um desafio na transformação social. Sendo necessário ponderar seus benefícios e dificuldades, considerando que quando constituídas coletivamente, pela própria comunidade, podem trazer inúmeros benefícios, além do desenvolvimento.

3 ABERTURA DO MERCADO E OS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS

Com a abertura do mercado, nos anos 90, a sensação de isolamento foi reduzida e pôde-se perceber uma aproximação entre países e povos, isso devido ao fluxo de informação, mercadoria, capital e tecnologia, em especial, pelas corporações internacionais, que deram sentido ao termo e passou a ser discutido pelo mundo. (STIGLITZ, 2006).

O processo de abertura do mercado também pode ser entendido como um processo de integração econômica que, na concepção de Ramalho (2009), é caracterizado por um conjunto de medidas econômicas, com objetivo de estreitar e até mesmo unir as economias de dois ou mais países. O envolvimento entre as economias dos países em integração econômica proporciona uma visualização ou determina o seu desenvolvimento, fato que pode ser percebido através da estruturação e integração econômica do mercado de lácteos do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai).

Moraes (2010, p. 15) destaca que “com a efetivação do MERCOSUL novos cenários foram projetados para a economia brasileira enfatizando a necessidade de atingir altas taxas de crescimento nas exportações”. Fato que acabou promovendo um aumento nas exportações brasileiras, ou seja, devido às transações via MERCOSUL às exportações cresceram.

É notório que com a abertura do mercado, a integração econômica e a união dos países, a atividade agrícola foi fortemente influenciada, criando assim um novo modelo, no qual predomina grandes corporações no campo e até mesmo na pecuária.

Para Moraes (2010, p. 15), as grandes organizações trabalham com escalas de produção e tecnologias de última geração, fatores que promovem a redução dos custos, tornando os produtos mais competitivos. Mas é importante destacar que essa situação acaba excluindo o pequeno produtor, pois este não possui capital nem

estrutura para competir com o grande produtor, que por sua vez tem condições não só para competir com outros produtores, mas com o mercado externo.

Assim, percebe-se que com a abertura do mercado o pequeno produtor foi sendo excluído, podendo considerar como promovedores desta situação a falta de competitividade e de políticas internas de incentivo.

Ainda é importante ressaltar que a cadeia produtiva do leite é muito sensível às influências do MERCOSUL, segundo Gomes (2006), essa sensibilidade ocorre primeiramente porque a atividade leiteira é extremamente significativa para o Brasil, tanto no aspecto econômico quanto social, situação que acontece praticamente em todos os estados do país; em segundo momento, o leite é muito importante por suas características alimentícias, sendo fundamental em algumas fases da vida; e por último os países que compõem o MERCOSUL, em especial a Argentina, possuem um sistema mais produtivo que o do Brasil, além de o país não ter alcançado a autosuficiência na produção leiteira sendo necessário recorrer ao mercado internacional para completar seu abastecimento.

Diaz (2006, p. 11) aborda alguns entraves ao desenvolvimento da cadeia leiteira, na qual merece destaque a importação de produtos lácteos subsidiados na origem e o crescente número de produtores atuando informalmente. Ainda ressalta que, apesar destes obstáculos, existem pontos favoráveis, pois devido à estabilização da economia, a demanda por produtos lácteos, como iogurte e bebidas lácteas, sofreram um aumento. Complementando coloca que uma das falhas está na profissionalização, sendo uma necessidade tanto do grande produtor quanto do pequeno, que muitas vezes apresenta grandes diferenças tecnológicas e gerenciais, tornando a atividade inviável devido ao baixo volume de produção e qualidade.

O autor supracitado também expõe que o volume de produtores com baixa produtividade e qualidade é grande, por isso são necessárias mudanças na estrutura, de modo que permita ao país alcançar um nível de competitividade que atenda ao mercado interno e ainda tenha excedente para ser exportado. (DIAZ, 2006, p. 11).

A alta produtividade e qualidade são demandas e exigências de um mercado globalizado, que também tem como objetivo a exportação; os agentes que compõem a cadeia leiteira, segundo a EMBRAPA (2009), devem-se preocupar com a definição dos requerimentos de qualidade superior do leite, aumento da oferta de produtos de maior valor agregado, racionalização da coleta por meio da granelização, concentração da indústria e profissionalização da produção primária.

Entretanto, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA (2011) aborda que, com o intuito de melhorar a competitividade do leite no Brasil, criou-se a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Leite e Derivados, da qual participam representantes dos produtores, da indústria, do varejo e do governo.

Segundo Guilhoto (2007), algumas medidas estão sendo discutidas à procura de soluções para os problemas da cadeia produtiva do leite, podendo destacar o fortalecimento do associativismo; treinamento e capacitação de produtores e trabalhadores rurais; contratos de fornecimento/preços antecipados aos produtores; linhas de crédito; intensificação do programa de melhoria da qualidade do leite; implementação de programas institucionais; e consolidação do Brasil no mercado internacional de lácteos.

Dentre as ações que tanto o setor privado como o governo deve aprimorar para a melhoria e aumento da competitividade da cadeia leiteira no mercado internacional, Diaz (2006, p. 12) destaca: promover as exportações do leite e derivados; estimular o consumo mediante o *marketing* para o fortalecimento do setor; e desonerar os produtos lácteos na reforma tributária.

Ferro *et al.* (2007, p. 71) ressaltam que “o Brasil pode vir a captar uma parcela significativa do mercado internacional de lácteos, uma vez que possui área disponível, insumos relativamente baratos, ausência de restrições climáticas ou ambientais e vocação para o agronegócio”.

É importante observar que, apesar de todas as dificuldades, a cadeia produtiva do leite no Brasil, segundo Ferro *et al.* (2007, p. 71), possui características que podem

ser transformadas em vantagens competitivas, pois o custo de produção pode se tornar imbatível e as condições naturais do país são extremamente favoráveis.

3.1 Importância dos Pequenos Produtores Rurais

O termo pequeno produtor rural, segundo Gobbi e Pessôa (2009), originou de políticas de criação de núcleos coloniais, para os quais muitos colonos passaram a ser atraídos pela possibilidade de se transformarem em pequenos proprietários de terra.

Petrone (1982, p. 48) complementa ressaltando que “o aceno de acesso a terra depois de um estágio na fazenda fazia dos projetos de criação de pequena propriedade uma “isca” para atrair imigrantes”.

Mas no contexto atual, para que o pequeno produtor alcance sua subsistência e permanência no mercado, faz-se necessário ter eficiência no processo produtivo, pois caso contrário não sobreviverá por muito tempo. Segundo Pinheiro (2007, p. 87), o mercado exige que o produtor se adapte à nova realidade, em que não é mais possível pensar em um sistema produtivo isolado, em maior ou menor grau será necessário estabelecer vínculos com o mercado, seja para adquirir os insumos necessários à produção, seja na hora de obter os produtos ou serviços necessários para suprir suas necessidades.

Moraes (2010, p. 54) acrescenta que ao explorar a atividade agropecuária o pequeno produtor utiliza de mão de obra familiar, não ou precariamente mecanizada, não investe em tecnologia e os animais são adequados geneticamente à produção. O autor ainda aborda que “o Brasil possui aproximadamente 1,3 milhões de produtores de leite, sendo que, 80% desse total são de pequenos e médios produtores”.

Também é importante ressaltar que manter o pequeno produtor no mercado formal é difícil, de acordo com Paula *et al.* (2005), as exigências mercadológicas e governamentais, compreendendo a higienização e qualidade são cada vez maiores, tornando a informalidade atrativa. Fato que fez com que o número de pequenos

produtores atuantes na informalidade crescesse, abrangendo uma fatia de 35% do mercado, ou seja, 35% do produto comercializado está na informalidade.

Diante dessa situação, Clemente e Hespanhol (2009) colocam que uma das possíveis soluções estaria na intervenção do Estado, que poderia adotar como ação estratégica a garantia de preços mínimos compensatórios, ou seja, uma remuneração justa; realizar uma intervenção direta na aquisição do produto, utilizando-o para a execução de políticas sociais direcionadas às classes menos favorecidas e; o direcionamento de linhas de crédito em condições especiais para produtores de leite, em especial para os pequenos produtores de leite. Vale ressaltar que, se estas ações fossem implementadas, o Estado poderia alcançar a tão desejada melhoria da produtividade e qualidade, além da satisfação do pequeno produtor.

3.2 Classificação dos Produtores Rurais

A atividade agrícola, de acordo com Camargo (2007, p. 92), é uma das atividades mais antigas exercida pelo homem e devido à modernização e complexidade do mercado atual, faz-se necessário sua regularização, ou seja, é essencial ter uma definição clara das atividades e classificações de produtor rural. A autora aborda que a legislação brasileira define produtor rural como “o indivíduo que produz qualquer coisa da terra ou da pecuária é chamado de produtor rural e tanto pode trabalhar nesse mercado como pessoa física ou jurídica, a natureza jurídica não importa”.

A Secretaria da Receita Federal (2011), na Instrução Normativa SRF nº 257, de 11 de dezembro de 2002, art. 2º, aborda que o produtor rural pode ser visto como o indivíduo que exerce atividades ligadas à exploração das atividades agrícolas e atividades pecuárias; a extração e a exploração vegetal e animal; a exploração de atividades zootécnicas, tais como apicultura, avicultura, cunicultura, suinocultura, sericicultura, piscicultura e outras culturas animais; o cultivo de florestas que se destinam ao corte para comercialização, consumo ou industrialização; a venda de rebanho de renda, reprodutores ou matrizes; e a transformação de produtos decorrentes da atividade rural, sem que sejam alteradas a composição e as

características do produto *in natura*, feita pelo próprio agricultor ou criador, com equipamentos e utensílios usualmente empregados nas atividades rurais, utilizando exclusivamente matéria-prima produzida na área rural explorada.

Camargo (2007, p. 92) acrescenta que o produtor rural pode explorar qualquer tipo de atividade, podendo ser proprietário único ou posseiro, condômino, parceiro, arrendatário ou possuir propriedade comum ao casal. Ainda complementa, ressaltando que:

para fins de exploração da atividade rural, conceitua-se como arrendatário ou subarrendatário (também conhecido como locatário ou foreiro) e como parceiro-outorgado ou subparceiro-outorgado (também conhecido como sócio, meeiro, terceiro, quartista ou percenista) a pessoa ou o conjunto familiar representado pelo seu chefe, que recebe o imóvel ou a unidade rural, parte ou partes dos mesmos, incluindo, ou não, outros bens, benfeitorias e facilidade, e neles exerce quaisquer atividades agrícola, pecuária, agroindustrial, extrativa vegetal ou mista, sob contrato de arrendamento ou parceria rural. (CAMARGO, 2007, p. 92).

Atualmente, tramita no senado para aprovação o projeto de lei (PLS 325/06) do senador Antonio Carlos Valadares que dispõe sobre o Estatuto do Produtor Rural, a sua relatora Kátia Abreu propõe que o produtor rural seja classificado de acordo com seu faturamento anual, considerando como mini produtor aquele que apresenta uma receita bruta anual inferior a R\$ 240 mil; pequeno produtor aquele que apresenta receita bruta anual entre R\$ 240 mil e R\$ 2,4 milhões; médio produtor aquele que apresenta receita bruta anual superior a R\$ 2,4 milhões e inferior a R\$ 4 milhões; e grande produtor aquele que apresenta receita bruta anual igual ou superior a R\$ 4 milhões. (JORNAL DO SENADO, 2010).

Ao analisar a legislação o pequeno produtor rural, segundo a lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, pode ser definido como aquele que, residindo na zona rural, detenha a posse de gleba rural não superior a 50 (cinquenta) hectares, explorando-a mediante o trabalho pessoal e de sua família, admitida a ajuda eventual de terceiros, bem como as posses coletivas de terra considerando-se a fração individual não superior a 50 (cinquenta) hectares, cuja renda bruta seja proveniente de atividades ou usos agrícolas, pecuários ou silviculturais ou do extrativismo rural em 80% (oitenta por cento) no mínimo. (LEGISLAÇÃO FEDERAL DO BRASIL, 2006).

A classificação no estado de Minas Gerais da Secretaria do Estado de Fazenda, legislação tributária, Decreto nº 39.394, de 19/01/98, classifica o produtor rural como microprodutor rural (MPR) e produtor rural de pequeno porte (PPP). O microprodutor rural é a pessoa física ou jurídica inscrita no Cadastro de Produtor Rural, ou a pessoa jurídica inscrita no Cadastro de Contribuinte do ICMS, que exerce exclusivamente a atividade de produtor rural e promove a saída das mercadorias de sua produção para destinatário situado no estado, com receita bruta anual igual ou inferior ao valor de 93.062 (noventa e três mil e sessenta e duas) Unidades Fiscal de Referência (UFIR). Produtor rural de pequeno porte é a pessoa física ou jurídica inscrita no Cadastro de Produtor Rural, ou a pessoa jurídica inscrita no Cadastro de Contribuintes do ICMS, que preencha os requisitos do MPR, com receita bruta anual superior ao valor de 93.062 (noventa e três mil e sessenta e duas) UFIRs e até o valor de 195.920 (cento e noventa e cinco mil, novecentos e vinte) UFIRs. (MINAS GERAIS, 2011).

Por fim, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária estabelece como referência o módulo fiscal o qual consiste numa unidade de medida, expressa em hectare, fixada para cada município (INCRA, 2002), ficando a pequena propriedade compreendida entre 1 e 4 módulos fiscais, a média propriedade entre 4 e 15 hectares e a grande propriedade com área superior a 15 módulos fiscais.

No presente trabalho utiliza desta classificação para definir o pequeno produtor, uma vez que, de acordo com o INCRA, um módulo fiscal na região corresponde a 50 (cinquenta) hectares.

3.3 Complexo Agroindustrial e os Pequenos Produtores Rurais

Para abordar o termo Complexo Agroindustrial (CAI), faz-se necessário conceituar primeiramente Sistema Agroindustrial (SAI), que pode ser entendido como um conjunto de atividades que cooperam para a produção de produtos agroindustriais, tendo início na produção dos insumos e finalização na entrega do produto ao consumidor final.

Para Milinski *et al.* (2008), o sistema agroindustrial do leite proporciona, através de uma análise do envolvimento dos integrantes, a identificação de falhas na coordenação do sistema produtivo e conseqüentemente, a elaboração de ações em conjunto que beneficie o sistema como um todo. Talvez estas falhas possam justificar a redução no número de propriedades que se dedicam à atividade leiteira, pois segundo Meirelles (2007), em 1996 a atividade estava presente em 37,2% do total de estabelecimentos, caindo para 25,8% em 2006.

Entretanto o sistema agroindustrial do leite envolve vários segmentos, tendo no início da atividade os fornecedores de insumos, máquinas e equipamentos (produtos veterinários, fornecedores de sementes, rações, equipamentos para ordenha e refrigeração, prestadores de serviços e fornecedores de sêmen e animais); na produção primária do leite que constitui o elo forte entre estes fornecedores e o processamento, encontram-se os produtores especializados e não especializados e, na produção ou processamento situam-se empresas multinacionais, cooperativas, grupos nacionais, pequenos laticínios, mini usinas e importadores.

Para Milinski *et al.* (2008), o sistema agroindustrial do leite está estruturado no segmento de insumos, máquinas e equipamentos no qual estão os fabricantes de embalagens, ordenhadeiras, refrigeradores, rações, produtos e serviços veterinários realizados na busca do melhoramento genético e manejo dos animais. No centro, apresentam-se os produtores primários, especializados ou não, e posteriormente, as empresas processadoras do leite, que podem englobar grandes empresas internacionais e nacionais, cooperativas, médios e pequenos laticínios. Os principais segmentos estão apresentados na Figura 1.

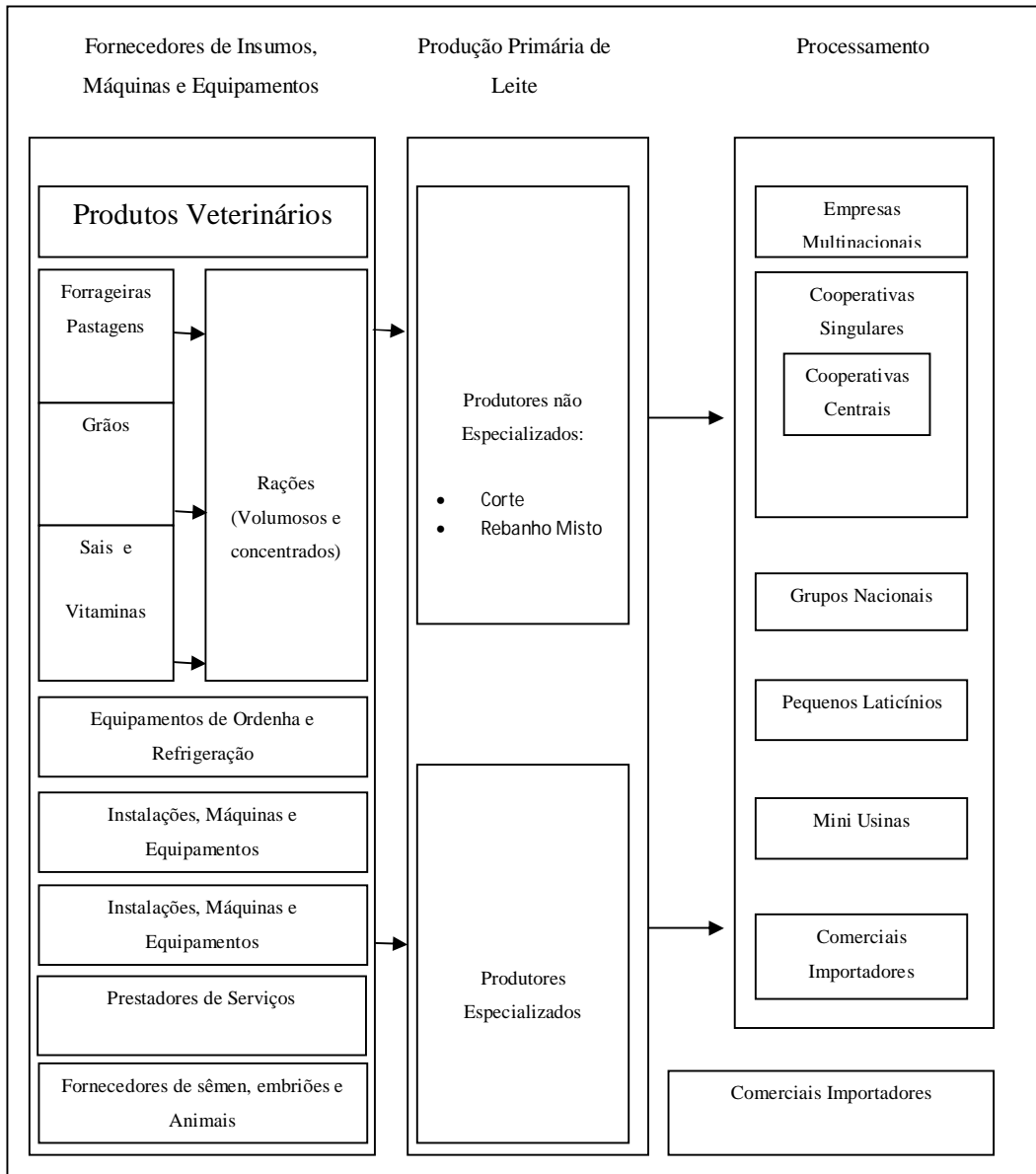


Figura 1: Sistema Agroindustrial do Leite no Brasil.

Fonte: Adaptado de Jank & Galan (1999).

Entendido o conceito e contexto do sistema agroindustrial é necessário compreender o termo complexo agroindustrial que surgiu nos Estados Unidos, sendo empregado nos países mais desenvolvidos da Europa Ocidental. Nesses países, o trabalho agrícola já se subordinou, no contexto da propriedade privada da terra, ao capital industrial e financeiro. Mas é importante lembrar que, no Brasil, o surgimento do complexo agroindustrial respeita uma ordem histórica.

Os trabalhos de Müller (1989) e Silva (1996) demonstram que, devido às mudanças e transformações ocorridas na agricultura brasileira, houve a passagem do complexo rural para complexo agroindustrial. O complexo rural era identificado pela propriedade que produzia seus próprios bens intermediários e seus meios de produção; além disso, a produção para exportação ocupava apenas parte desses meios, sendo os demais utilizados para produção de bens de consumo. Já o complexo agroindustrial representa a modernização da agricultura, ou seja, uma agricultura que passa de tradicional para industrializada. Entretanto, o rural passa a não ter significado para a produção final e o campo se torna um mercado para a indústria, promovendo uma relação mais intensa. Os autores ainda abordam que, com o surgimento do complexo agroindustrial, aparece também a necessidade de mudanças nos padrões agrários, pois ambos os setores se tornam dependentes.

Dadas estas colocações Müller (1989) define Complexo Agroindustrial como:

Um conjunto formado pela sucessão de atividades vinculadas à produção e transformação de produtos agropecuários e florestais. Atividades tais como: a geração destes produtos, seu beneficiamento/transformação e a produção de bens de capital e de insumos industriais para as atividades agrícolas; ainda: a coleta, a armazenagem, o transporte, a distribuição dos produtos industriais e agrícolas; e ainda mais: o financiamento, a pesquisa e a tecnologia, e a assistência técnica. (MÜLLER, 1989, p. 45).

Pode-se observar que a formação do complexo agroindustrial exige a participação de um conjunto de cadeias de produção, associada a um produto ou família de produtos, fazendo se necessário o estudo da cadeia produtiva, que pode ser vista como um encadeamento de operações técnicas, comerciais e logísticas necessárias à produção.

Moraes (2010, p. 32) destaca que na década de 60 desenvolveu-se na Escola Industrial Francesa a ideia de *analyse filière* que ao se traduzir no Brasil, significa cadeia de produção, mas focada no setor agroindustrial, podendo assim ser chamada de Cadeia de Produção Agroindustrial (CPA). Essas duas vertentes permitem discutir, o uso de ferramentas gerenciais e conceituais novas, que devem buscar entender o funcionamento e a eficiência das cadeias. Ainda ressalta que, de acordo com Goldberg, em 1968, o conceito de Cadeia de Produção Agroindustrial foi ampliado ao examinar os sistemas de produção de trigo, soja e laranja na Flórida.

Neste período, esse estudioso passou a considerar as tradicionais relações entre compradores e vendedores; fez uma análise das influências institucionais, como políticas governamentais, mercados futuros e associações comerciais, o que proporcionou o reconhecimento de que o destino dos produtos agrícolas estava na agroindústria e não mais no consumidor final.

Conforme Moraes (2010, p. 34), a cadeia produtiva do leite pode ser visualizada em quatro mercados com características diferentes. Primeiro, o mercado entre os produtores de insumos e os produtores rurais; logo em seguida o mercado entre produtos rurais e agroindústria; conseqüentemente o mercado entre agroindústria e distribuidores; e por fim, o mercado entre distribuidores e consumidores finais.

Para Batalha (2007), a cadeia de produção agroindustrial, pode ser analisada e dividida em três macrosssegmentos: comercialização, industrialização e produção de matérias-primas. Ao analisar a comercialização, pode-se observar que compreende as empresas que estão em contato com o cliente final (supermercados, mercearias, restaurantes, cantinas etc.), incluindo ainda as empresas responsáveis pela logística de distribuição. A industrialização compreende as empresas responsáveis pela transformação das matérias-primas em produtos finais. Por fim, a produção de matérias-primas compreende as empresas que fornecem as matérias-primas iniciais para que outras avancem no processo de produção do produto (agricultura, pecuária, piscicultura, etc.).

É importante destacar que, desde os anos 90, a cadeia produtiva do leite vem passando por um processo de transformação que está definindo novas relações e re-estruturações dos agentes econômicos que a constituem. De acordo com Silva (1996, p. 175), para estes produtores se integrarem ao complexo agroindustrial é necessário que acompanhem os avanços tecnológicos, ou seja, estejam inseridos em um processo de tecnificação constante, o que acarretará investimentos em ativo imobilizado (Ativo não Circulante) cada vez maior, e com menores níveis de liberdade para agir dentro do próprio negócio.

4 O AGRONEGÓCIO LEITEIRO NO BRASIL

O Brasil é o sexto maior produtor de leite do mundo, segundo a EMBRAPA (2011), em 2010, a produção atingiu 29.948 toneladas, sendo os primeiros lugares ocupados por União Europeia, Índia, Estados Unidos da América, Rússia e China.

Fica evidente a representatividade do agronegócio leiteiro, podendo destacar ainda sua importância perante os demais países (Tabela 1).

Tabela 1 – Produção Mundial de Leite – 2005/2011.

Países	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011*
União Europeia	139.648	136.281	136.874	137.848	137.720	138.220	138.720
Índia	91.500	96.200	102.100	106.000	112.000	117.000	121.500
Estados Unidos	80.255	82.455	84.211	86.174	85.874	87.450	88.690
Rússia	32.000	31.100	32.200	32.500	32.600	31.740	31.400
China	28.648	33.025	36.334	35.450	29.625	30.328	31.780
Brasil	24.250	25.230	26.750	27.820	28.795	29.948	30.846
Nova Zelândia	14.500	15.200	15.640	15.141	17.397	16.897	18.642
México	10.016	10.214	10.829	11.077	11.036	11.342	11.500
Ucrânia	13.713	13.175	12.262	11.762	11.610	11.192	10.812
Argentina	9.500	10.200	9.550	10.010	10.350	10.600	11.070
Austrália	10.429	10.395	9.870	9.500	9.326	9.400	9.700
Canadá	7.806	8.041	8.212	8.270	8.280	8.350	8.350
Japão	8.285	8.137	8.007	7.982	7.910	7.790	7.800
Coreia do Sul	2.229	2.176	2.188	2.139	2.110	2.103	2.097
Taiwan	328	342	340	343	339	329	320
Filipinas	16,0	16,0	16,0	17,0	18,0	19,0	20,0
Chile	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros Países	148.236	144.487	145.400	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	621.359	626.674	640.783	502.033	504.990	512.708	523.247

Fonte: ANUALPEC – Anuário da Pecuária Brasileira, 2011, p. 240.

* Estimativa

Como pode ser observado, o agronegócio leiteiro ocupa o sexto lugar na produção mundial, valendo ressaltar que vem apresentando um crescimento anual constante, fato que demonstra a atenção depositada ao segmento.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2011), em 2009 houve um crescimento de 5,6% e em dez anos um acréscimo de 48% na produção, tendo como principais produtores: Minas Gerais (27,2%), Rio Grande do Sul (11,7%) e Paraná (11,5%). É notório o crescimento e desenvolvimento da atividade, podendo ainda destacar sua importância como fonte de renda e emprego.

Milinski *et al.* (2008) abordam que a atividade leiteira é essencial para determinadas regiões, principalmente onde são desenvolvidas, pois contribui para o desenvolvimento socioeconômico, além de proporcionar a fixação do homem no campo, promovendo a minimização do desemprego e da exclusão social.

Um fator importante e que deve ser observado é o consumo *per capita* de leite no país, correspondente a 145 litros por ano, abaixo do preconizado pelo Ministério da Saúde que deveria ser de 220 litros por ano. Esse fato demonstra a existência de um grande espaço para a produção nacional de leite, uma vez que a população brasileira é de aproximadamente 200 milhões de habitantes, provocando uma demanda de 15 bilhões de litros a mais. (REVISTA LEITE INTEGRAL, 2010).

É evidente que a produção brasileira atualmente não consegue atender a todo o mercado nacional, permitindo a importação de produtos, razão pela qual se deve ressaltar que, em algumas situações, esses produtos possuem um custo menor que os nacionais. Fato que pode ocorrer devido à falta de profissionalização na cadeia produtiva do leite.

São vários os desafios e dificuldades apresentados pelo agronegócio leiteiro, Nogueira *et al.* (2006, p. 91) destacam essas dificuldades como sendo:

- a) Falta de utilização adequada das terras e pastagens;
- b) Especialização dos rebanhos;
- c) Falta de capacitação na gestão das fazendas;
- d) Aumento da cooperação entre produtores;
- e) Investimentos em infraestrutura;
- f) Redução de entraves burocráticos à produção agropecuária;
- g) Industrialização; e
- h) Ações de *marketing* focada a pecuária leiteira.

Ao abordar a falta de utilização adequada de terras e pastagens, Clemente (2006, p. 61) ressalta que o Brasil possui um dos maiores rebanhos bovino do mundo, ocupando o segundo lugar nas estatísticas de 2010, com 37.148 milhões de cabeças, perdendo somente para a Índia que se encontrava com 128.000 milhões de cabeças, mas os índices de produtividade estão muito abaixo da pecuária bovina de outros países produtores, pois ocupa o sexto lugar, com 3.442 quilos/ano, sendo os primeiros lugares ocupados pela União Europeia, Índia, Estados Unidos, Rússia e China. (ANUALPEC, 2011). Esta baixa produtividade se deve à falta de investimentos em tecnologias de manejo do rebanho.

Ferro *et al.* (2007, p. 34) destacam que os dados estatísticos comprovam um aumento na produção de leite podendo ser explicado pela expansão da área de pastagem ou do número de vacas ordenhadas. A alimentação animal e a adoção de técnicas de produção intensiva possibilitam a obtenção de resultados significativos na produtividade do leite. Mas, infelizmente não há consenso no meio técnico quanto ao tipo de sistema de produção adequado às condições brasileiras, não só em função das diferenças regionais, mas também dentro de uma mesma região, com condições semelhantes.

Quanto à especialização dos rebanhos, o número de vacas leiteiras, entre 2002 e 2010, passou de 31.263 para 37.148 milhões de cabeças, ou seja, um crescimento de 5.885 milhões de cabeças em oito anos. (ANUALPEC, 2011).

Ferro *et al.* (2007, p. 37) observam que este aumento na quantidade de leite produzida não ocorreu somente pelo aumento no número de vacas ordenhadas e/ou pela expansão da área ocupada, sendo o aumento da produtividade decorrente da adoção de novas tecnologias.

Ao abordar a capacitação na gestão das fazendas, Melo (2006, p. 12) entende que este seria um bom momento para a construção de regras mais realistas e conscientes, tendo como intuito alcançar uma melhor sintonia entre os elos da cadeia produtiva, ou seja, criar uma sinergia positiva com reflexos para todos os elos da cadeia produtiva, envolvidos direta ou indiretamente, de forma a disponibilizar produtos de qualidade, em maior quantidade, com custos compatíveis com o poder

de compra, gerando sustentabilidade no agronegócio leiteiro, assim como empregos e divisas para o país.

O autor ainda relata sobre a redução de entraves burocráticos à produção agropecuária, destacando a falta de políticas públicas de desenvolvimento estáveis ao crescimento e desenvolvimento da pecuária leiteira, o que tem sido um limitante grave à busca de soluções para os novos desafios e assim encontrar meios para aproveitar as oportunidades favoráveis ao crescimento da atividade leiteira, o que poderia fazer desta uma atividade altamente lucrativa, rentável e sustentável.

Ao abordar a industrialização, pode-se dizer que a agricultura exerce um papel fundamental sobre essa, pois Bairros (2009, p. 34) diz que “a produtividade agrícola propicia o desenvolvimento de técnicas industriais, as quais, quando aplicadas à agricultura, aumentam a produtividade desta, que novamente gera capitais para a indústria, e assim sucessivamente”.

Referente às ações de *Marketing*, Gomes (2006, p. 20) relata que “a competição existente no mercado exige que o produtor esteja sempre buscando a maior eficiência possível dos fatores de produção utilizados na atividade”.

Fica evidente que os desafios são muitos e de difícil superação, mas essenciais para o crescimento e desenvolvimento da atividade. Nogueira *et al.* (2006, p. 91) ainda colocam que a superação destes desafios “é imprescindível para a conquista de desenvolvimento e vantagem competitiva sustentável no mercado interno e externo, que se torna cada vez mais exigente em qualidade e preços”.

Melo (2006, p. 13) menciona que para a pecuária leiteira inserir-se com sucesso nessa nova dinâmica competitiva precisa ter sua capacidade em organizar e coordenar os agentes socioeconômicos da cadeia produtiva. Sendo essencial que estes agentes tenham consciência das dificuldades estruturais e transitórias que os afetam individualmente, como também das que interferem no desempenho da cadeia como um todo. O conhecimento do mercado interno, o domínio de informações relevantes e a capacidade para interpretar e transformar essas

dificuldades em propostas e ações estratégicas adequadas à uma nova situação é o grande desafio da cadeia produtiva do leite no Brasil.

Moraes (2010, p. 34) ressalta que a cadeia produtiva do leite, desde o início dos anos 90, vem passando por uma revolução, isso devido à crise política agrícola no país, à desregulamentação dos mercados, à abertura dos mercados e a formação de blocos econômicos, sendo importante observar ainda que estes fatores estão promovendo novas relações e reestruturando os agentes econômicos que compõem a cadeia produtiva.

4.1 O Agronegócio Leiteiro em Minas Gerias

O estado de Minas Gerais é o maior produtor nacional de leite, com uma produção de 6.055.347 litros/ano em 2009 e estimativa de 5.969.411 litros/ano para 2011, o que representa aproximadamente 26% da produção brasileira. Ademais, o leite faz parte da cultura e tradição mineira, além de ser um dos alicerces da economia estadual. (ANUALPEC, 2010, p. 232).

Para Gobbi a produção de leite no estado de Minas Gerais apresenta:

raízes históricas e, geralmente, as propriedades rurais são passadas de geração em geração. Dessa forma, até os sistemas de produção de leite são repassados de pais para filho, o que, de certa forma, impede a absorção de modos de manejo e de ordenha modernos. Em Minas Gerais, verifica-se a manutenção da propriedade pela família também se deve à valorização da terra, ou seja, esta funciona como reserva de valor, como fator de produção, o que acaba se tornando um obstáculo à maior produtividade da terra. (GOBBI, 2006, p.50).

É um estado com grande extensão territorial, mas ao analisar a produtividade por animal ainda há deficiência; a produção em 2009 foi de 7,0 litros/cabeça/dia, o que demonstra a necessidade de investimentos, uma vez que o estado do Ceará alcançou a produtividade de 10,4 litros/cabeça/dia no mesmo período. (ANUALPEC, 2011, p. 236).

Mesmo com esta deficiência, pode-se observar uma evolução no que se refere a rebanho e produção do estado, conforme apresentado na Tabela 2.

Tabela 2 – Números de Cabeças versus Produção de Leite nos anos de 2005 a 2009 e 2011.

Descrição	2005	2006	2007	2008	2009	2011*
Rebanho (cabeças)	7.095.538	6.741.102	6.444.598	6.405.580	6.385.932	6.295.304
Produção (1.000 L)	5.778.970	5.893.045	6.153.228	6.013.024	6.055.347	5.968.431

Fonte: Elaborado pela autora, com base ANUALPEC – Anuário da Pecuária Brasileira, 2011.

* Estimativa

De acordo com a Tabela 2, fica evidente que a produtividade animal vem aumentando, pois o número de animais está reduzindo e em contrapartida o volume de produção aumentando.

Entretanto, é importante ressaltar que, segundo Secretária de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2010), 70% dos produtores são considerados de pequeno porte, com uma produção diária abaixo de 100 litros. Merecem destaque, de acordo Araújo e Silva (2010, p. 03), os municípios que se encontram no noroeste do estado, pois se localizam numa das mais importantes áreas produtoras do estado.

4.2 O Agronegócio Leiteiro em Unaí/MG

De acordo com a Prefeitura Municipal de Unaí (2011), o município possui 8.438 km², aproximadamente 80 mil habitantes e está localizada no Noroeste do estado de Minas Gerais, destacando-se pela sua produção agropecuária. Na agricultura é um dos principais produtores de grãos do país e na pecuária, merece destaque a criação de gado e a produção de leite.

Dados da prefeitura mostram que a criação do gado bovino chega a 300 mil cabeças, produção de carne com 12 mil toneladas por ano e produção de leite, com aproximadamente 300 mil litros por dia. Estima-se que 5.000 famílias de pequenos proprietários vivem da produção leiteira, sendo responsáveis por 70% da produção de carne e leite da região. (PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAÍ, 2011).

É notória a importância da atividade leiteira para a economia e desenvolvimento local, podendo assim fazer uma comparação da produção local perante outras regiões, conforme apresentado na tabela 3.

Tabela 3 – Municípios com Maior Produção de Leite - 2008/2010.

Municípios	Volume de Produção (Mil litros)		
	2008	2009	2010*
Castro -PR	138.383	166.000	180.786
Patos de Minas - MG	109.696	137.529	160.038
Piracanjuba - GO	107.942	112.395	119.226
Toledo - PR	91.754	106.587	112.580
Ibiá - MG	103.370	102.065	101.885
Patrocínio - MG	96.261	99.220	106.858
Morrinhos - GO	80.807	94.998	105.687
Coromandel - MG	93.008	93.327	103.055
Unai - MG	82.000	90.000	100.418
Pompéu - MG	98.689	89.225	87.593
Araxá - MG	88.744	88.694	118.969
Marechal Cândido Rondon - PR	87.876	87.495	83.754
Carambeí - PR	81.360	83.925	86.677
Rio Verde - GO	75.600	81.100	87.221
Perdizes - MG	77.637	79.313	84.882
Itaíba - PE	75.884	78.674	92.098
Prata - MG	61.970	78.672	86.224
Orizona - GO	73.000	77.500	95.213
Uberaba - MG	76.665	76.778	77.586
Jaru - GO	72.691	75.487	76.671
Total	27.585.346	29.105.495	30.486.343

Fonte: IBGE/Pesquisa da Pecuária Municipal

Elaboração: R. ZOCCAL – Embrapa

Atualizado em junho/2011

* Estimativa

Conforme dados anteriores, Unai é um dos maiores produtores de leite do estado, influenciando diretamente na geração de emprego e renda da região. Sendo importante observar que a atividade se encontra em crescimento e desenvolvimento, pois conforme tabela apresentada um acréscimo significativo na produção de 2008 para 2009 e o mesmo prevalece para 2010.

Ao abordar a pecuária, vale lembrar que a produção de leite é uma característica marcante da cidade. O município possui uma Cooperativa Agropecuária de Unai Ltda. – CAPUL, criada em 1964, que se dedicava inicialmente ao setor agrícola, com a finalidade de armazenar e comercializar feijão e milho, embora também recolhesse

um pouco de leite. Atualmente sua atividade principal é o leite. Sua área de atuação abrange Unaí e municípios próximos. Conforme informações passadas pela cooperativa em 2010 chegou a recolher diariamente 370 mil litros de leite, com 4 mil cooperados; destes encontram-se 32 (trinta e duas) associações de pequenos produtores. Ainda é importante ressaltar que é uma das maiores acionistas da Itambé – Cooperativa Central dos Produtores de Minas Gerais. (COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE UNAÍ, 2011).

Devido à relevância da atividade para a região e à importância do pequeno produtor, optou-se por estudar uma das associações filiadas à cooperativa, uma vez que foram criadas tendo como um de seus propósitos, proporcionar a permanência do produtor na atividade pecuária.

5 METODOLOGIA

O presente capítulo se propõe a apresentar a metodologia utilizada para atingir os objetivos da pesquisa. Para isso, a mesma será classificada por tipo, perguntas e modelo da pesquisa, amostra e coleta de dados, abordando o método e instrumento, as etapas, a coleta e a crítica dos dados, logo em seguida, no próximo capítulo, será feita a discussão da análise de dados.

5.1 Tipo de Pesquisa

Ao analisar a questão problema, o presente trabalho utiliza da pesquisa qualitativa, isso em função da riqueza de detalhes que podem ser obtidos, bem como uma compreensão mais profunda das situações vivenciadas e relatadas pelos associados filiados à associação.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 1993, p. 21).

Vale ressaltar que a pesquisa qualitativa proporciona levantar e analisar detalhes, que outro tipo não permite visualizar.

No intuito de alcançar o objetivo proposto, a natureza da pesquisa é exploratória, isso por buscar uma maior familiaridade com o problema, realizando pesquisas com as pessoas que vivenciam a problemática estudada, as quais podem proporcionar um maior número de informações. Segundo Gil (2010, p. 27), as “pesquisas exploratórias têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”.

Complementando, Cervo *et al.* (2007, p. 63) ressaltam que a pesquisa exploratória tem “por objetivo familiarizar-se com o fenômeno ou obter uma nova percepção dele e descobrir novas ideias”.

A pesquisa também se caracteriza como descritiva, pois será feita uma observação, registro, análise, classificação e interpretação das características de uma população determinada. Sendo assim, é importante mencionar que esse tipo de pesquisa:

Observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los. Procura descobrir, com a maior precisão possível, a frequência com que os fenômenos ocorrem, sua relação e conexão com outros, sua natureza e suas características. Busca conhecer as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica e demais aspectos do comportamento humano, tanto do indivíduo tomado isoladamente como de grupos e comunidades mais complexas. (CERVO *et al.*, 2007, p. 62).

Com o propósito de realizar uma análise mais profunda, utilizou-se do estudo de multicasos, analisando os produtores de leite cadastrados na Associação dos Pequenos Produtores da Comunidade Alto Gado Bravo de Unaí – MG. Este método foi escolhido com a finalidade de maior rigor na pesquisa e condições que permitem de alguma forma a generalização científica. No entanto, o estudo de caso permitiu estudar e compreender, com mais detalhes, aspectos presentes nos associados, uma vez que através dos multicasos pode-se realizar uma análise comparativa entre os filiados à associação, possibilitando constatar similaridades e diferenças entre estes.

De acordo com Gil (2010, p. 37), o estudo de multicasos “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento”.

O desenvolvimento desta pesquisa iniciou-se através de uma conversa informal com o atual presidente da cooperativa, que logo em seguida levantou o número de associações credenciadas, perfazendo 32 (trinta e duas). O mesmo sugeriu que procurasse o responsável pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR, que funciona junto às instalações da cooperativa.

Ao procurar o responsável pelo SENAR da região foi feita a exposição do trabalho, quando então houve um interesse grande em ajudar na realização do mesmo. Mas para continuar foi solicitado a indicação de uma associação para que a pesquisa pudesse ser realizada, sendo assim foi indicada a Associação dos Pequenos

Produtores da Comunidade Alto Gado Bravo, que atualmente entrega alto volume de leite em uma cooperativa e segundo o responsável pelo SENAR apresenta-se legalizada.

Continuando o trabalho, foi solicitada a indicação de algum membro desta associação, de forma que pudesse realizar uma conversa informal. O responsável pelo SENAR indicou o presidente da associação, que também é produtor de leite. Ao entrar em contato com o presidente foi marcada a primeira conversa informal.

O primeiro levantamento foi realizado através desta conversa informal, quando se buscou levantar o número de associados, datas de reuniões e a melhor forma para realizar as entrevistas. Também aproveitou-se a oportunidade para aplicar o primeiro roteiro de entrevista informal (Anexo A) e embasado neste roteiro de entrevista elaborou-se a entrevista final.

5.2 Modelo da Pesquisa e Apresentação das Variáveis

Na concepção de Marconi e Lakatos (2010, p. 121-122), uma variável pode ser “considerada como uma classificação ou medida; uma quantidade que varia; um conceito operacional, que contém ou apresenta valores; aspectos, propriedade ou fator, discernível em um objeto de estudo e passível de mensuração”.

As autoras ainda ressaltam que as variáveis podem ser classificadas em dependentes e independentes e as definem:

Independente é aquela que influencia, determina ou afeta outra variável; é o fator determinante, condição ou causa para determinado resultado, efeito ou consequência; é o fator manipulado (geralmente) pelo investigador, na sua tentativa de assegurar a relação do fator com um fenômeno observado ou a ser descoberto, para ver que influência exerce sobre um possível resultado. Dependente é aquela que consiste em valores (fenômeno, fatores) a serem explicados ou descobertos, em virtude de serem influenciados, determinados ou afetados pela variável independente; é o fator que aparece, desaparece ou varia à medida que o investigador introduz, tira ou modifica a variável independente. (MARCONI e LAKATOS, 2010, p. 121-122).

Fachin (2006, p. 210), classifica as variáveis em independentes, dependentes e intervenientes. A variável independente é a de causa ou produto, que contribui para

outra variável, influenciando, determinando ou afetando as variáveis dependentes. A variável dependente consiste em valores a serem descobertos ou explicados, pois recebe influência da variável independente, sempre está condicionada e precisa ser descoberta no estudo e por fim a variável interveniente, que está entre a variável independente e dependente, pois tem o propósito de anular, ampliar ou diminuir o impacto da variável independente sobre a dependente.

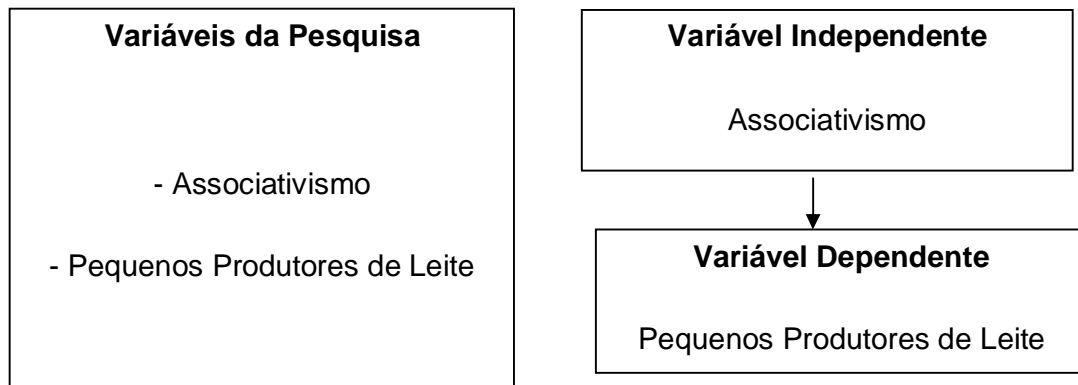


Figura 2: Variáveis da Pesquisa.
Fonte: Elaborado pela autora.

5.3 Plano Amostral

O universo da pesquisa compreende os 30 (trinta) associados, credenciados à Associação de Pequenos Produtores da Comunidade Alto Gado Bravo, que têm como atividade principal a produção de leite. A entrevista foi realizada com todo o universo, compreendendo os 30 (trinta) associados, o que a torna uma pesquisa censitária.

De acordo com Mattar (2005), na pesquisa censitária, não é necessário a definição da amostra, visto que toda a população é pesquisada. Complementando, Malhotra (2001, p. 301) ressalta que “um censo envolve a enumeração completa dos elementos de uma população”.

5.4 Coleta de Dados: Métodos e Instrumentos

5.4.1 Tipos de Dados

A pesquisa foi constituída de dados primários e secundários. Os dados primários foram obtidos através das entrevistas semiestruturadas. Os dados secundários foram buscados em jornais, revistas, livros, manuais, relatórios, dissertações e teses, regulamentos, normas, legislação referente e demais documentos das organizações.

5.4.2 Técnica de Coleta e Análise de Dados

Os dados primários foram levantados e analisados através dos estudos de casos, tendo o propósito de utilizar a entrevista semiestruturada.

Para Gil (2010, p. 36), entre os diversos propósitos do estudo de caso, pode-se destacar a exploração de situações de vida real cujos limites não estão claramente definidos e a descrição da situação do contexto em que está ocorrendo determinada investigação.

Quanto à análise qualitativa, foi realizada por meio da análise de conteúdo e documental, utilizando-se de entrevistas planejadas. Segundo Marconi e Lakatos (2006, p. 269) a pesquisa qualitativa “preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano”.

A análise documental foi realizada através da disponibilidade dos documentos da associação e em especial do livro de atas, podendo fazer um levantamento dos associados bem como do crescimento destes na associação. Segundo Sá-Silva *et al.* (2009, p. 13) a análise documental “é um procedimento metodológico decisivo em ciências humanas e sociais porque a maior parte das fontes escritas – ou não – são quase sempre a base do trabalho de investigação”.

De acordo com Cellard (2008), a análise documental favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas e outros.

Já a análise de conteúdo foi realizada através das entrevistas, que seguiu o procedimento de transcrição das mesmas de acordo com o roteiro adotado, desta forma, posteriormente, pode-se analisar as colocações realizadas. De acordo com Moraes (1994, p. 104), a análise de conteúdo constitui-se de um conjunto de técnicas e instrumentos utilizados na fase de análise e interpretação de dados de uma pesquisa.

Flick (2004) ressalta que a análise de conteúdo é um procedimento clássico utilizado para analisar material textual, sem considerar sua origem, seja da mídia, seja de dados de entrevistas e questionários.

Mas para Fiorentini e Lorenzato (2009, p. 137), a análise de conteúdo demanda por “critérios claramente definidos sobre registros fornecidos pelas pessoas interrogadas; tais critérios consideram as palavras utilizadas nas respostas, as ideias ou opiniões expressas e as interpretações e justificativas apresentadas”. Entretanto o presente trabalho utilizou-se da entrevista, podendo desta forma fazer a análise das informações passadas pelos entrevistados.

O processo de análise de conteúdo, de acordo com Camargo (2007), abordou as seguintes etapas:

- ✓ Pré-análise: coleta e organização do material.

- ✓ Descrição analítica: estudo profundo do material, a partir da proposição e referencial teórico. No levantamento de dados e informações, a análise de conteúdo adquire consistência mediante apoio do referencial teórico, pois é fundamental que o trabalho apresente forte embasamento teórico.

- ✓ Questionário e/ou roteiro de entrevista: para a coleta de dados foram entrevistados os pequenos produtores de leite associados à Associação dos

Pequenos Produtores da Comunidade Alto Gado Bravo. A pesquisa utilizou da entrevista semi-estruturada, aplicada nos dias 29/10 e 02/11/2011.

5.5 Etapas da Pesquisa

A primeira parte da pesquisa compreende o levantamento de fontes bibliográficas, que expõem a importância do associativismo, a atual situação da atividade leiteira e a importância dos pequenos produtores de leite. A segunda parte corresponde ao levantamento dos entrevistados, terceira a coleta de dados, quarta compreende a análise e por fim, quinta constitui redação final da pesquisa.

5.6 Coleta e Crítica dos Dados

A pesquisa foi realizada com os pequenos produtores de leite filiados à Associação de Pequenos Produtores da Comunidade Alto Gado Bravo, que trazem consigo uma cultura de raízes fortes e são os responsáveis direto pelo seu negócio. A pesquisa foi realizada nas instalações da associação nos dias 29/10 e 02/11/2011. No primeiro dia, as entrevistas compreenderam o período de 6h49 a 11h42, pois à medida que os associados chegavam à associação para entregar o leite, eram abordados e a entrevista aplicada, perfazendo um total de dez entrevistas realizadas. Para finalizar a pesquisa no dia 02/11/2011, o presidente ligou para os demais associados e agendou com todos estes. A entrevista teve início às 9h00 e término às 18h34, sendo que foram aplicados vinte questionários, perfazendo o total de trinta entrevistados, o que compreende todos os associados.

Foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturado com perguntas que geraram respostas fechadas e conseqüentemente abertas, promovendo, assim, vários estudos de casos analisados posteriormente.

De acordo com Boni e Quaresma (2007, p. 75), na entrevista semiestruturada pode-se utilizar perguntas abertas e fechadas, proporcionando ao entrevistado liberdade para falar sobre o assunto. Os autores ainda ressaltam que as questões devem ser feitas como se fosse uma conversa, ou seja, o mais natural possível, mas lembram que o entrevistador deve sempre direcionar a discussão e quando necessário fazer

perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou em caso de dificuldade por parte do entrevistado.

De acordo com Silva e Silveira (2008, p. 159), a entrevista semiestruturada é composta por “perguntas abertas, feitas oralmente em ordem prévia, mas na qual o entrevistador pode acrescentar questões de esclarecimento ou investigar as respostas do entrevistado”.

A entrevista semiestruturada teve como propósito fazer com que o entrevistado fosse espontâneo nas suas colocações, mas sempre que necessário o entrevistador focava no objetivo do trabalho.

5.7 Plano de Análise

Considerando-se que foram utilizados estudos multicase para responder a todas as perguntas da pesquisa, segue Quadro 3, com detalhamento do plano de análise.

Quadro 3. Plano de Análise

Pergunta de pesquisa	Objetivo geral	Objetivos específicos	Perguntas específicas
Qual a percepção dos pequenos produtores de leite em relação ao associativismo?	Analisar a percepção dos pequenos produtores de leite em relação ao associativismo após o ingresso na associação.	Apurar os ganhos dos pequenos produtores de leite após o ingresso na associação.	Após o ingresso na associação, quais foram os benefícios proporcionados?
		Identificar os ganhos que contribuíram para o desenvolvimento dos associados.	Quais são os benefícios que você obteve com a participação na associação e que lhe proporcionou desenvolvimento?
		Verificar se os associados estão satisfeitos com a associação.	Você está satisfeito com a associação?

Fonte: Elaborado pela própria autora, 2011.

6 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

6.1 Coleta de Dados

Para a coleta de dados, entrevistou-se trinta pequenos produtores rurais que são associados da Associação dos Pequenos Produtores da Comunidade Alto Gado Bravo, os quais tem como atividade única ou principal a produção de leite. Para a realização da pesquisa foi utilizada a entrevista semiestruturada (Anexo A).

Para a coleta de dados, foi necessário recorrer ao responsável pelo SENAR na região, pois este fez a indicação da associação a ser pesquisada e informou o telefone do presidente da mesma, assim pode-se marcar a primeira conversa informal. Ao entrar em contato com o presidente da Associação de Pequenos Produtores do Alto Gado Bravo foi marcada a primeira conversa, que aconteceu no dia 14/10/2011, às 8h15, aproveitando a oportunidade para aplicar o primeiro roteiro de entrevista, ou seja, realizar o pré-teste da mesma.

Por meio da conversa pode-se diagnosticar que a associação possui 30 (trinta) associados, não sendo permitido mais nenhuma filiação, pois esta imposição consta no estatuto (Anexo B) da mesma, capítulo dois, artigo sexto. Também foi passada uma relação dos associados, mas foi informado que existem produtores que entregam o leite produzido na associação como fornecedores (sem vínculo associativo por uma falha no estatuto), pois esta foi a maneira encontrada para atender à demanda existente, compreendendo um total de 78 (setenta e oito) fornecedores, sendo importante destacar que tanto os benefícios quanto as dificuldades, são direitos e deveres somente dos associados.

Os dados da última etapa da pesquisa foram coletados nos dias 29/10 e 02/11/2011, obtendo um total de trinta entrevistas respondidas.

Para a realização da coleta de dados, contou-se com o apoio do presidente da associação, que no dia 29/10/2011 convocou alguns associados, via telefone, para ir à sede da associação, além de outros que já estavam presentes, o que foi possível

entrevistar dez associados. Com o intuito de finalizar a entrevista o presidente convocou os demais a comparecer na associação, no dia 02/11/2011, onde pode-se entrevistar os outros vinte associados, perfazendo o total de 30 (trinta) associados.

6.1.1 Constituição e Caracterização da Associação Participante do Estudo

Para melhor compreensão foi realizada a leitura e análise das atas, ou seja, levantamento documental onde abordou desde a primeira reunião para a constituição da associação até a última.

A primeira reunião realizada para a constituição da associação foi em 01/03/1998, que teve como público os produtores da região e o prefeito. Sendo esta presidida pelo prefeito que abordou a importância de uma associação, as articulações políticas alcançadas através da mesma e o modelo de estatuto contendo os direitos e deveres dos associados, diretoria e conselho fiscal. Também foi eleita a diretoria provisória da associação, que ficou encarregada de confeccionar o estatuto e verificar os trâmites legais.

No dia 23/04/1999, foi realizada outra reunião para mudança de diretoria, pois já havia passado um ano e a formalização da associação não havia sido realizada, fato este ocorrido devido ao abandono e desinteresse da diretoria. Foi proposto a constituição de uma nova diretoria, a qual propôs a aprovação do estatuto e uma mensalidade a título de contribuição de 2,5% do salário mínimo e pagamento todo dia 20.

Em 15/06/1999 foi discutido o plantio de mudas, lavouras comunitárias e o plantio de eucalipto para uso da madeira na própria propriedade. Na reunião de 20/08/1999, abordaram a melhoria das estradas e a necessidade de se cadastrar os associados e regularizar a associação de forma que pudessem buscar auxílio do governo. Já em 22/09/1999, foi colocada a possibilidade de se fabricar queijo, sendo que a ideia deveria ser amadurecida. Mas somente em 17/02/2000, começaram a discutir uma forma de valorizar o leite, sem necessariamente ter de fabricar queijo, surgindo à possibilidade de parceria entre a cooperativa e a associação, pois ficou claro que esta seria a melhor alternativa para ambos os lados. Consequentemente, nas

reuniões dos dias 16/03/2000, 25/05/2000 e 19/06/2000 o técnico da EMATER esteve presente explanando sobre a compra de um tanque de resfriamento, custos, manutenção e benefícios. Na reunião seguinte, dia 04/07/2000, foi decidido à compra do tanque de resfriamento e o compromisso que os associados estavam assumindo a partir daquele momento.

A reunião do dia 29/08/2000, devido ao não comparecimento dos associados e a diversas eventualidades, foi remarcada e aconteceu no 05/04/2001, ocasião em que foi proposta a troca do tanque de resfriamento por um maior, de forma que pudesse atender a todos os associados, também abordou a utilização do trator que a associação havia comprado, sendo que os sócios deveriam pagar somente pelo óleo, tratorista e manutenção. No dia 06/06/2001, foi discutido a necessidade da inscrição na secretaria da fazenda em nome da associação, a concessão de espaço para funcionamento e a contratação de um funcionário para o recebimento do leite.

Em 02/03/2002, abordou-se a compra do gerador, o frete com a coleta do leite e o horário de entrega do mesmo. No dia 05/04/2002 foi discutido sobre as cotas de leite e entrega na associação, também foi colocada em pauta a necessidade de melhorar as estradas para facilitar a coleta, além do médico presente na associação uma vez ao mês e do agente de saúde que começaria a visitar as propriedades, parceria firmada com a prefeitura local que promete trazer vários benefícios.

No dia 17/11/2003, foi colocado as perdas de leite que vinham acontecendo e a falta de higiene, tendo como sugestão a realização de cursos e conscientização dos produtores. Também foi abordada a compra de sementes, a qual foi dividida em várias parcelas, sem cobrar juros, e os cartões dos associados, para que assim pudessem realizar compras na cooperativa.

Na reunião do dia 17/01/2004, relatou-se a queda no preço do leite e os custos que não estavam sendo pagos, tendo como solução conscientizar os produtores da necessidade de um melhor manejo e higienização, pois todos entregando o leite diretamente na associação e tendo estes cuidados automaticamente o valor do litro de leite tende a aumentar. Já na reunião do dia 17/02/2004, o prefeito estava

presente e fez a doação de um terreno para a construção e funcionamento da associação (Figura 3).



Figura 3: Foto da Associação de Pequenos Produtores da Comunidade Alto Gado Bravo, nov. 2011.

Em 02/04/2004, o presidente renunciou ao cargo, tomando posse o vice presidente. Logo em seguida, foi marcada uma reunião para o dia 23/04/2004, a qual aconteceu justamente para realizar todas as filiações, que segundo o estatuto não poderia ter menos de dez, nem mais do que trinta associados, sendo assim as fichas de filiação foram preenchidas e registradas em cartório. Também foi abordada a questão das pessoas que não podiam se filiar, devido ao número de associados estar completo (30 sócios), ficando a alternativa de se cadastrarem como fornecedores. No dia 24/04/2004, foi eleita e empossada a nova diretoria, com mandato por dois anos.

Ao assumir a presidência da associação, foi marcada a reunião que aconteceu no dia 27/04/2004, tendo como finalidade aprovar o novo estatuto, que teve unanimidade na aprovação, ficando a cargo da diretoria registrar este em cartório. Na reunião do dia 03/05/2004, a nova diretoria realizou uma prestação de contas a todos os associados, demonstrando o saldo bancário, os débitos de associados, as compras realizadas na cooperativa, empréstimos e financiamentos dos sócios cobertos pela associação, saldo em caixa e patrimônio da associação, tendo aprovação de todos.

A reunião do dia 09/06/2004, abordou a participação da associação no Conselho de Desenvolvimento Rural e Sustentável e também foi mencionado sobre a bonificação paga pela cooperativa à associação, devido à melhoria nos índices gordura, acidez, nível de assepsia (higienização) e quantidade de leite entregue, sendo que os associados presentes decidiram investir o dinheiro arrecadado na própria associação.

Em 12/10/2004, foi colocado em pauta de reunião, os débitos dos associados e a necessidade de estarem regularizando a situação, além do controle que precisam fazer em suas propriedades.

No dia 19/03/2005, a reunião contou com a presença de um representante da Cooperativa Agropecuária de Unai Ltda, abordando a importância de terem um leite de qualidade, pois a mesma paga por esta qualidade. No dia 10/08/2005, houve novamente a prestação de contas aos associados.

Na reunião do dia 18/04/2006, o representante da ITAMBÉ esteve presente na associação, conscientizando os associados sobre a importância da higienização e os cuidados necessários na ordenha do leite, armazenamento e transporte, ocasião em que ficou marcado um treinamento com o SENAR. Logo em seguida, no dia 20/04/2006, foi realizada uma nova eleição e conseqüentemente a nova diretoria tomou posse. Sendo que na reunião do dia 04/05/2006, foi realizada a prestação de contas da diretoria anterior.

Em 17/12/2006, os associados e diretoria se reuniram para discutir a divisão dos lucros, que iriam receber da cooperativa, sendo que só participariam desta divisão os associados que entregaram o leite durante todo o período na associação, vale ressaltar que essa divisão dos lucros não acontece todos os anos e quando acontece é decidido em assembléia o que fazer, ou seja, qual a melhor proposta. Além desta questão foi abordada a necessidade de comprar mais um tanque de resfriamento, pois os que estão sendo utilizados não comportam a demanda diária de leite.

No dia 22/05/2007, a proposta de compra do novo tanque de resfriamento foi aceita e aprovada, mas também houve a proposta de melhorias nas instalações da associação.

Na reunião realizada no dia 03/04/2008, foi feita uma nova eleição e a diretoria alterada, pois o presidente anterior havia pedido afastamento do cargo. Já no dia 18/04/2008, realizou-se nova reunião com a finalidade de efetuar a prestação de contas da gestão anterior, encontrando-se a associação com saldo positivo.

No dia 16/10/2008, os associados se reuniram novamente para indicar dois sócios a participar do Conselho de Alimentação Escolar. Na reunião do dia 03/11/2009, dois sócios também foram indicados a participar do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Em 10/01/2010, foi realizada nova reunião para decidir sobre a compra de mais um tanque de resfriamento, o qual foi aprovado, e também foi abordada a necessidade de a associação ter apoio político. Em 23/04/2010, houve nova eleição, permanecendo os mesmos componentes e diretoria anterior. Em 06/10/2010, foi abordado novamente o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, destacando-se a importância de a associação estar participando.

Por fim em 08/10/2010 foi realizada a última reunião até o presente momento, abordando a participação dos associados no Conselho de Alimentação Escolar.

Entretanto, percebe-se uma dificuldade em realizar reuniões para tomar as decisões necessárias e em muitos casos repassar o que ficou decidido, sendo necessário conscientizar os associados e buscar um maior envolvimento tanto dos associados quanto de suas famílias, pois desta forma podem participar mais do cotidiano da associação e do próprio negócio.

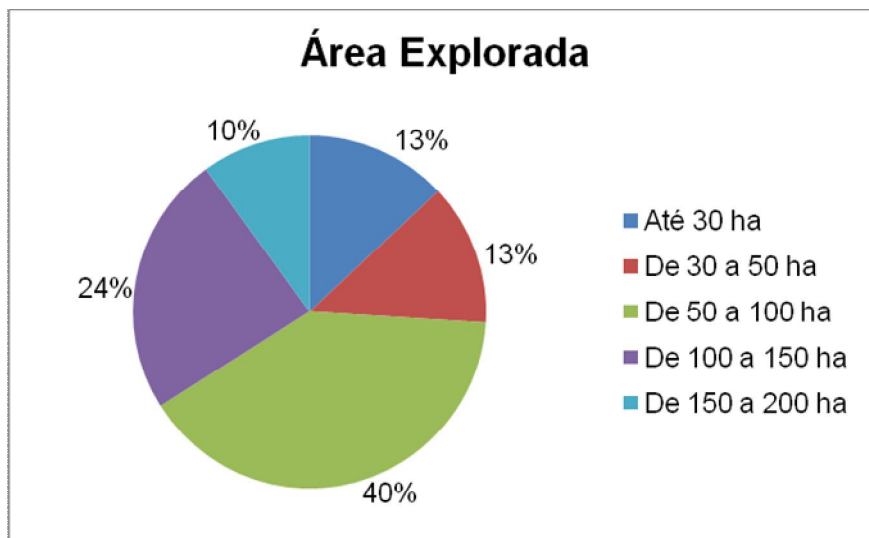
6.2 Análise dos Dados

Para a análise dos dados coletados por meio da pesquisa qualitativa, utilizou-se da entrevista semiestruturada (Anexo A).

Os dados analisados refletem a realidade dos trinta pequenos produtores de leite da Associação de Pequenos Produtores da Comunidade Alto Gado Bravo. Para realizar a análise foi utilizado o programa SPSS (*Statistical Package for Social Sciences* 19.0), que apontou a frequência numérica e percentual, facilitando a interpretação das informações e quanto às questões abertas, considerando a diversidade das informações coletadas, bem como o desejo de que os relatos dos sujeitos pesquisados pudessem ser explicitados de forma significativa, utilizou-se da análise das falas dos respondentes.

6.3 Tipologias das Propriedades e Sócios da Associação de Pequenos Produtores da Comunidade Alto Gado Bravo

Identificou-se, na descrição das características das propriedades dos associados (Gráfico 1), que somente 3 (10%) dos associados possuem área explorada de 150 (cento e cinquenta) a 200 (duzentos) hectares, lembrando que de acordo com o estatuto da associação um dos critérios para se tornar sócio é ser classificado como pequeno produtor, uma vez que na região esta situação compreende possuir no máximo 200 (duzentos) hectares de terra; 7 (24%) dos produtores utilizam uma área de 100 (cem) a 150 (cento e cinquenta) hectares; 12 (40%) da área compreende de 50 (cinquenta) a 100 (cem) hectares; 4 (13%) exploram de 30 (trinta) a 50 (cinquenta) hectares; e outros 4 (13%) abaixo de 30 (trinta) hectares. Entretanto, pode-se observar que a área explorada pela maior parte dos produtores é relativamente grande se comparada à quantidade de leite entregue na associação (Gráfico 3), pois devido ao tamanho das propriedades a produtividade poderia ser maior, ou seja, os associados não exploram a propriedade como deveriam. É importante ressaltar que, ao serem questionados sobre a área explorada pela atividade, não conseguiram identificar qual o real espaço utilizado, colocando que na propriedade trabalham somente com a pecuária leiteira e toda a área é utilizada somente para este fim. Também vale destacar que a mão de obra utilizada é praticamente toda familiar (Tabela 5), pois na maioria dos casos a atividade é desenvolvida pelo patriarca da família, que em alguns casos conta com o auxílio da esposa e filhos.



Fonte: Elaborado pela autora, com base nas pesquisas realizadas
Gráfico 1. Área explorada pela atividade leiteira

Outra questão levantada foi como os entrevistados adquiriram as propriedades (Tabela 4); 23 (74%) adquiriram as terras com capital próprio, trabalharam dia após dia e foram juntando suas economias até comprar sua pequena propriedade, fato que sentem orgulho ao expor essa realidade; outros 6 (20%) receberam suas terras como herança de seus pais, avós e sogros; e 1 (3%) fez parceria com o irmão para que assim pudessem comprar uma propriedade.

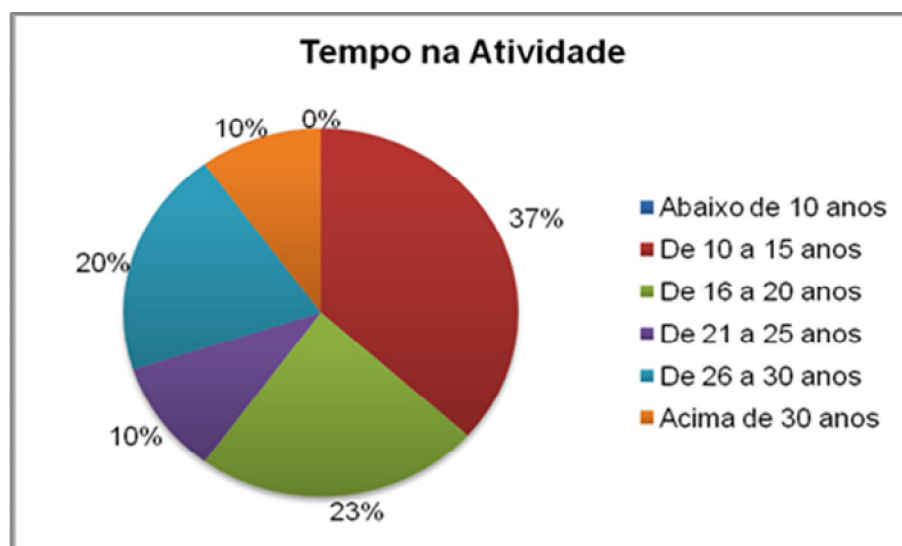
Nessa questão, o respondente poderia ressaltar mais de uma alternativa. No arrendamento e oportunidade de negócio encontram-se os meeiros; as heranças são deixadas normalmente pelos pais, mas também pelos avós e sogros, sendo que as propriedades são passadas de geração para geração e de acordo com as oportunidades que vão surgindo os negócios provavelmente são ampliados. Já na parceria apresentam-se o envolvimento de interessados com objetivos comuns e ao adquirir a propriedade com capital próprio, acredita-se que foi devido ao trabalho e esforço do indivíduo.

Tabela 4 – Início da atividade pecuária

Respostas	Total de respondentes	%
Arrendamento	0	0
Parceria	1	3
Herança	6	20
Capital próprio	23	77
Oportunidade de novo negócio	0	0
Total	30	100

Fonte: Elaborado pela autora, com base nas pesquisas realizadas

Dos produtores entrevistados, ao abordar o tempo que estão na atividade (Gráfico 2), nenhum produtor disse estar na atividade abaixo de 10 anos; 11 (37%) ressaltaram de 10 a 15 anos; 7 (23%) estão na atividade de 16 a 20 anos; 3 (10%) de 21 a 25 anos; 6 (20%) entre 26 e 30 anos; e mais 3 (10%) acima de 30 anos. É importante observar que vários produtores alegaram não saber fazer outra coisa, mas também não querem aprender, pois gostam do que fazem e trabalham com a atividade desde criança, lembrando que nasceram e foram criados nas propriedades rurais, adquirindo conhecimento e gosto pelo que fazem através dos pais.

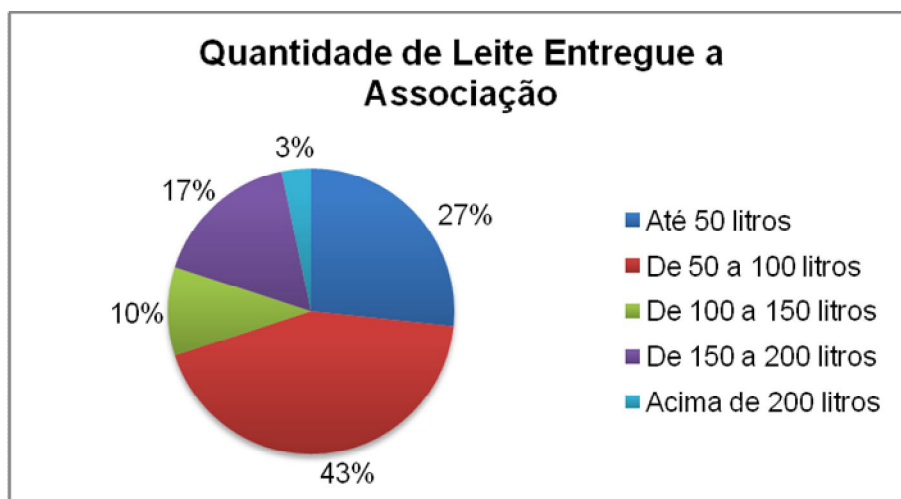


Fonte: Elaborado pela autora, com base nas pesquisas realizadas

Gráfico 2: Tempo que esta na atividade

Ao abordar a quantidade de leite entregue na associação (Gráfico 3), 8 (27%) dos entrevistados ressaltaram entregar abaixo de 50 litros; 13 (43%) de 50 a 100 litros; 3 (10%) de 100 a 150 litros; 5 (17%) de 150 a 200 litros; e 1 (3%) acima de 200 litros. Pode-se observar que 70% dos produtores tiram até 100 litros de leite por dia, o que

ocorre devido à dificuldade que os pequenos produtores têm de acesso às tecnologias e por não terem condições de aumentar o capital envolvido na atividade, devido às limitações de crédito, fato que provoca uma menor produtividade nas pequenas propriedades quando comparadas com as grandes, que tendem a adotar tecnologias que permitem maior eficiência na produção. Vale ressaltar que o leite da região de Unaí ainda é pago por litro, sendo que de acordo com a legislação (IN 51) já deveria ser pago por quilo, o que acontece em vários locais.



Fonte: Elaborado pela autora, com base nas pesquisas realizadas
Gráfico 3: Quantidade de leite entregue pelos associados a associação

Com relação às pessoas residentes nas propriedades (Tabela 5), pode-se observar uma similaridade com as que trabalham nestas, pois em 6 (20%) propriedades reside apenas 1 (uma) pessoa; em 8 (27%) residem 2 (duas) pessoas; em outras 6 (20%) residem 3 (três) pessoas; em 9 (30%) residem 4 (quatro) pessoas; e em 1 (uma) (3%) propriedade residem 6 (seis) pessoas. É importante observar que algumas famílias destes pequenos produtores residem atualmente na área urbana, devido aos estudos dos filhos, em outros casos, somente os filhos se mudaram da propriedade e aquelas famílias onde os filhos ainda estão cursando as séries iniciais permanecem nas propriedades, pois a comunidade dispõe de escola pública.

Ao levantar o número de pessoas que trabalham na propriedade (Tabela 5), verifica-se que em 8 (27%) propriedades somente uma pessoa executa as atividades; em 9 (30%) duas pessoas; em outras 8 (27%) três pessoas; em 4 (13%) propriedades quatro pessoas e em 1 (3%) seis pessoas. Das propriedades pesquisadas somente

uma tem mão de obra contratada seguindo as exigências trabalhistas, conforme CLT, nas demais todo o trabalho é desempenhado pelo produtor, que em alguns casos contam com o auxílio da esposa e às vezes dos filhos, lembrando que segundo os entrevistados a prioridade dos filhos são os estudos.

Tabela 5 – Pessoas que residem e trabalham na propriedade

Respostas	Residentes na Propriedade		Trabalham na Propriedade	
	Em nº	%	Em nº	%
1 Pessoa	6	20	8	27
2 Pessoas	8	27	9	30
3 Pessoas	6	20	8	27
4 Pessoas	9	30	4	13
5 Pessoas	0	0	0	0
6 Pessoas	1	3	1	3
Total	30	100	30	100

Fonte: Elaborado pela autora, com base nas pesquisas realizadas

6.4 Análise dos Dados sobre Associativismo na Pecuária Leiteira

A primeira pergunta que se fez para analisar as questões envolvendo a importância do associativismo para os pequenos produtores de leite foi: Se com a formação da associação, os produtores que tinham parado com a atividade retornaram a mesma (Tabela 6), sendo que vinte e nove (97%) disseram que sim, pois conhecem produtores que tinham desistido da atividade e com a criação da associação retornaram à atividade; e um (3%) disse que não. Uma dificuldade encontrada por estes produtores era o investimento que teria de ser feito para continuar na atividade, pois dependiam de um tanque de resfriamento para armazenar o leite até a cooperativa realizar a coleta, fato que individualmente não era possível, mas com a associação o investimento pôde ser feito e os mesmos permanecer na atividade.

Tabela 6 – Produtores que retornaram a atividade

Respostas	Total de respondentes	%
Sim	29	97
Não	1	3
Total	30	100

Fonte: Elaborado pela autora, com base nas pesquisas realizadas

Os entrevistados também foram questionados se ocorreu o ingresso de novos produtores, ou seja, pessoas que não produziam leite e com a criação da associação se interessaram pela atividade (Tabela 7); vinte e nove (97%) disseram que conhecem pessoas que iniciaram a atividade após formação da associação; e um (3%) diz não conhecer ninguém que iniciou a atividade com a formação da associação. Vale ressaltar que na associação encontram-se dois casos, pois um dos associados começou a produzir leite juntamente com a formação da associação e outro caso que também pode ser considerado, é que devido ao falecimento do patriarca da família e a esposa que não tinha nenhum conhecimento na atividade assumiu toda a responsabilidade, contando apenas com o apoio da associação, que a incentivou e fez com que continuasse na atividade.

Tabela 7 – Produtores que iniciaram na atividade após a associação

Respostas	Total de respondentes	%
Sim	29	97
Não	1	3
Total	30	100

Fonte: Elaborado pela autora, com base nas pesquisas realizadas

Foi perguntado aos pequenos produtores se o leite produzido por estes era comercializado somente através da associação. Vinte e nove (97%) dos respondentes disseram entregar o leite todo na associação e um (3%) diz entregar na associação e em uma sorveteria (Tabela 8), pois o valor pago pela associação é inferior ao da sorveteria, mas em contrapartida, não demanda toda a produção, além de apresentar oscilação.

Tabela 8 – Leite comercializado somente pela associação

Respostas	Total de respondentes	%
Sim	29	97
Não	1	3
Total	30	100

Fonte: Elaborado pela autora, com base nas pesquisas realizadas

Também foi questionado se o leite entregue à associação é vendido em conjunto ou separadamente. Todos os trinta (100%) entrevistados responderam que é vendido em conjunto, pois o leite recebido pela associação é armazenado nos tanques de

resfriamento de leite (Figura 3) e posteriormente entregue à cooperativa que faz a coleta diariamente (Figura 4).



Figura 4: Foto – Tanque de armazenamento do leite na Associação de Pequenos Produtores da Comunidade Alto Gado Bravo, nov. 2011.



Figura 5: Foto – Coleta do leite realizada pela Cooperativa Agropecuária de Unai Ltda na Associação de Pequenos Produtores da Comunidade Alto Gado Bravo, nov. 2011.

Após identificar que a venda do leite é realizada em conjunto, os entrevistados foram indagados sobre a existência de benefícios, sendo que vinte e nove (97%) ressaltaram que tiveram benefícios; e um (3%) afirmou não ter nenhum benefício com a venda em conjunto (Tabela 9).

Tabela 9 – Benefício com a venda do leite em conjunto

Respostas	Total de respondentes	%
Sim	29	97
Não	1	3
Total	30	100

Fonte: Elaborado pela autora, com base nas pesquisas realizadas

Os benefícios mencionados pelos entrevistados sinalizam que com a venda em conjunto o valor pago pelo litro de leite é melhor, devido à quantidade e qualidade, além disso, recebem uma bonificação da cooperativa, que analisa o teor de gordura, nível de acidez e assepsia, podendo desta forma gratificar aqueles produtores que apresentam melhor desempenho. Para comprovar as afirmativas seguem citações de alguns produtores entrevistados, aqui demonstrados por número para se manter o sigilo das informações coletadas, sendo a sequência de 1 a 30:

“Nosso produto tem um preço melhor e acaba motivando a produzir mais”. (08)

“A cooperativa paga melhor porque entregamos grande quantidade de leite, mas primeiro vem a qualidade, se um de nós colocar o leite sem qualidade, prejudica todos os outros, por isso temos de ter cuidado e a associação cobra direto, além de fazer o teste de acidez quando chegamos aqui para entregar o leite”. (11)

“Depois que temos a associação e todos nós vendemos juntos, passamos a ter assistência de um técnico da Itambé, cursos e o preço é melhor”. (21)

“Com a venda em conjunto, o nosso preço melhorou. Também pudemos comprar mais tanques e construir a associação, se tivéssemos entregando sozinho a cooperativa não vinha nem buscar”. (27)

Referente à compras em conjunto, a pesquisa possibilitou identificar que vinte e um (70%) dos associados disseram que a associação realiza compras em conjunto, mas nove (30%) disseram que isso não acontece (Tabela 10).

Tabela 10 – A associação realiza compras em conjunto

Respostas	Total de respondentes	%
Sim	21	70
Não	9	30
Total	30	100

Fonte: Elaborado pela autora, com base nas pesquisas realizadas

Ao responderem que a associação realiza compra em conjunto, os vinte e um (70%) dos entrevistados que responderam positivamente, foram questionados se ao realizar estas compras em conjunto os preços diminuem, sendo que 17 (57%) ressaltaram que diminuem sim; e 4 (13%) ressaltaram não diminuir. Também foi questionado sobre a proporção desta diminuição nos preços, dos dezessete (57%) respondentes que disseram diminuir; quatorze (47%) disseram que reduziu 5%; e os outros 3 (10%) falaram que reduziu 10%. É importante ressaltar que a associação realiza essas compras em conjunto quando existe uma demanda significativa pelo produto, podendo destacar a ração animal, sal mineral, proteinados, fertilizantes e, às vezes, sementes. Atualmente a associação fez um contrato de venda com a cooperativa, comprometendo-se a fornecer a ração animal com um desconto de 5% sobre a compra.

Nota-se que, entre os entrevistados (Tabela 11), vinte e seis (87%) responderam ter aumentado sua receita, após o ingresso na associação; e quatro (13%) responderam não tido nenhum aumento.

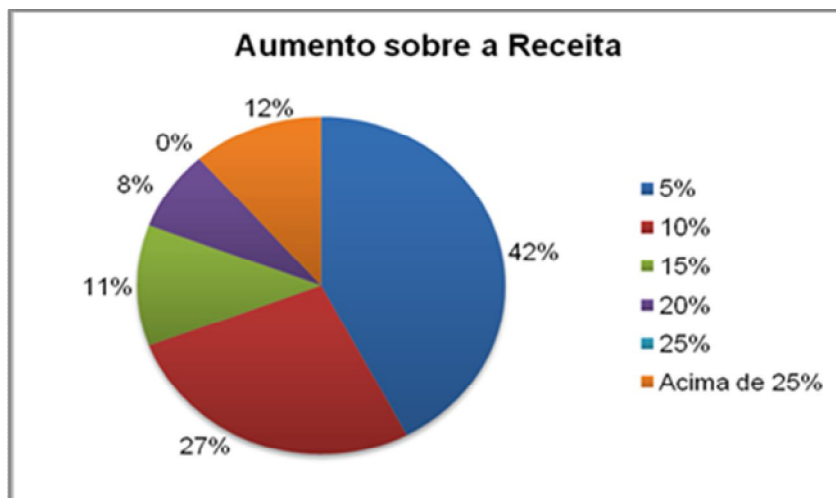
Tabela 11 – Aumento da receita após ingresso na associação

Respostas	Total de respondentes	%
Sim	26	87
Não	4	13
Total	30	100

Fonte: Elaborado pela autora, com base nas pesquisas realizadas

Ao responderem que obtiveram aumento na receita, os vinte e seis (87%) dos entrevistados, foram questionados sobre a percentual deste aumento (Gráfico 4); 11 (42%) dos entrevistados alegaram ter tido um aumento de 5%; 7 (27%) alegaram ter aumentado 10%; 3 (12%) alegaram 15%; 2 (8%) alegaram 20%; nenhum alegou 25%; e 3 (12%) alegaram um aumento acima de 25%. Entretanto, com a formação da associação estes produtores começaram a se organizar melhor, pois começou a ser exigido uma maior qualidade no leite, além de orientações passadas em reuniões e cursos oferecidos aos mesmos. Também é importante abordar que o valor pago pelo litro de leite aos mesmos passou a ser maior, pois a cooperativa incentiva a produção pagando melhor o leite daquele produtor que entrega em

grande quantidade e possui qualidade, situação esta que só conseguiram alcançar com a formação da associação, que por sua vez comercializa o leite em conjunto.



Fonte: Elaborado pela autora, com base nas pesquisas realizadas
Gráfico 4: Percentual de aumento sobre a receita, após o ingresso na associação.

Ao serem indagados quanto à redução nos custos (Tabela 12), vinte e dois (73%) dos pesquisados responderam ter reduzido seus custos; e os outros oito (27%) responderam não ter tido nenhuma redução.

Tabela 12 – Redução nos custos após ingresso na associação

Respostas	Total de respondentes	%
Sim	22	73
Não	8	27
Total	30	100

Fonte: Elaborado pela autora, com base nas pesquisas realizadas

Dos vinte e dois (73%) entrevistados que responderam ter reduzido os custos, buscou-se levantar o percentual desta redução, sendo que nove (41%) responderam ter reduzido 5% dos custos; seis (27%) respondeu ter reduzido 10%; três (14%) reduziram 15%; outros três (14%) reduziram 20%; nenhum entrevistado reduziu 25%; e um (5%) entrevistado reduziu acima de 25% (Gráfico 4). É importante observar que devido às compras em conjunto, o aumento da receita e com às exigências da associação, os associados acabam reduzindo os custos de produção. Além disso, a associação promove orientações e constantemente são realizadas palestras e treinamentos com técnicos especializados na área, que por sua vez

esclarecem e orientam os produtores quanto ao manejo adequado, cuidados com a higienização ao ordenhar, desperdícios de produtos e outros.



Fonte: Elaborado pela autora, com base nas pesquisas realizadas

Gráfico 5: Percentual de redução nos custos, após o ingresso na associação.

A produtividade foi outro item abordado, pois buscou levantar informações se houve melhoria após o ingresso na associação. Vinte e cinco (83%) respondentes disseram ter aumentado sua produtividade; e cinco (17%) disseram não ter tido nenhum aumento (Tabela 13).

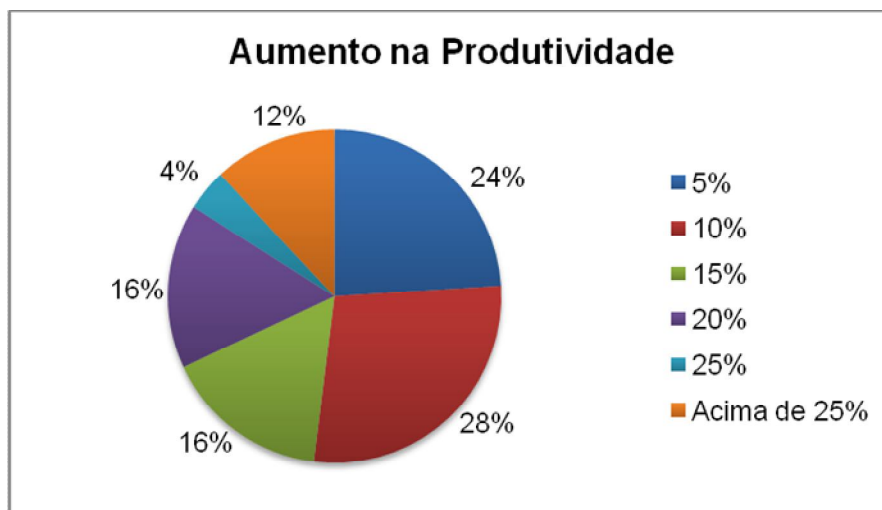
Tabela 13 – Aumento na produtividade após ingresso na associação

Respostas	Total de respondentes	%
Sim	25	83
Não	5	17
Total	30	100

Fonte: Elaborado pela autora, com base nas pesquisas realizadas

Estes vinte e cinco (83%) respondentes que aumentaram a produtividade após o ingresso na associação, também foram questionados sobre o percentual de aumento na produtividade (Gráfico 5), seis (24%) dos entrevistados responderam ter aumentado a produtividade em 5%; sete (28%) responderam ter aumentado em 10%; quatro (16%) aumentaram em 15%; mais quatro (16%) responderam ter aumentado em 20%; um (4%) aumentou em 25%; e três (12%) aumentaram a produtividade acima de 25%. Esse aumento na produtividade se deve à transmissão

de conhecimento realizado pela associação, pois além de treinamentos, cursos e palestras com técnicos especializados, em todas as reuniões são realizados debates e trocas de experiências. Também vale abordar o valor pago pelo litro de leite devido à quantidade entregue, sendo esta uma estratégia de incentivo à produção com qualidade tanto da associação quanto da cooperativa.



Fonte: Elaborado pela autora, com base nas pesquisas realizadas
Gráfico 6: Percentual de aumento na produtividade, após o ingresso na associação.

Quanto à busca por melhores oportunidades, tanto financeiras quanto tecnológicas, vinte e quatro (80%) dos entrevistados responderam que sim, a associação busca por melhores oportunidades; seis (20%) responderam que não (Tabela 14).

Tabela 14 – Busca por melhores oportunidades (financeiras e tecnológicas)

Respostas	Total de respondentes	%
Sim	24	80
Não	6	20
Total	30	100

Fonte: Elaborado pela autora, com base nas pesquisas realizadas

Pode-se observar que 80% disseram que a associação busca por melhores oportunidades, mas ao responder positivamente foram questionados como isso acontece, sendo que foi destacado parcerias, facilidades na busca de financiamentos devido a orientações, assistência técnica, descontos em compras coletivas e outros. Mas para autenticar estas colocações, apresentam-se as seguintes descrições dos entrevistados:

“Através da associação a gente tem mais favorecimento na busca de financiamento e também nos é oferecido assistência técnica”. (01)

“Com a parceria que a associação fez com a prefeitura e deputado, nos foi doado um trator e um caminhão para buscar o leite dos que moram mais distantes. O trator vai nos ajudar muito, pois vamos fazer nosso serviço e pagar somente o combustível e o funcionário”. (11)

“A associação consegue desconto nas compras, o que reduz meu custo, além de tudo se a gente for comprar um tanque e deixar em casa com a quantidade de leite que tiramos, sozinho ia sair bem mais caro”. (19)

“Fiz o financiamento do gado, com juro menor e parcelei em várias vezes, além de máquinas que também já comprei assim”. (25)

Além de analisar a busca por melhores oportunidades financeiras e tecnológicas, também foram questionados se a associação promove o acesso ao crédito, que por sua vez, vinte e quatro (80%) responderam que sim; e seis (20%) responderam que não (Tabela 15). Em parceria com a cooperativa, a associação auxilia e orienta os associados na busca de financiamentos, disponibiliza crédito maior para a realização de compras, maquinário de pequeno porte e implementos agrícolas, além disso, no período da seca, quando o associado entrega menor quantidade de leite e em muitos casos não tem condições de arcar com as despesas e contas assumidas, a associação realiza o pagamento e depois efetua o desconto no acerto de contas.

Tabela 15 – A associação promove acesso ao crédito

Respostas	Total de respondentes	%
Sim	24	80
Não	6	20
Total	30	100

Fonte: Elaborado pela autora, com base nas pesquisas realizadas

Os entrevistados ainda foram indagados se existem benefícios ao buscar crédito através da associação. Vinte e dois responderam (73%) que sim, existem benefícios; e oito (27%) disseram que não existem benefícios (Tabela 16).

Tabela 16 – Benefício ao buscar crédito através da associação

Respostas	Total de respondentes	%
Sim	22	73
Não	8	27
Total	30	100

Fonte: Elaborado pela autora, com base nas pesquisas realizadas

Ao responderem que existem benefícios, os vinte e dois entrevistados, foram indagados sobre quais eram estes, no qual pode-se destacar maior disponibilidade de capital e crédito, número maior de parcelas, juros menores e facilidade na burocracia. Para concretizar é apresentada a fala de alguns entrevistados:

“Percebe que os bancos ou empresas onde vamos pegar o crédito tem uma confiança maior de que vamos pagar, além disso parcelam em mais vezes”. (05)

“O juro acaba sendo pouco menor, pois faço parte da associação, que garante que vou pagar e sou pequeno produtor. Ah! O número de parcelas é maior”. (11)

“Além de parcelar em mais vezes, o crédito liberado é maior”. (13)

“A associação faz o projeto pra levar no banco, isso eu não dou conta de fazer e ela faz pra nós”. (22)

“Eu não sei por que, mas se vou no banco fazer o financiamento sozinho, eles mal olha pra mim, agora se vou indicado pela associação já me trata bem e faz o financiamento, até café mim oferece”. (30)

Entre os entrevistados, ao serem questionados se com a formação da associação houve aquisição de animais, maquinários e equipamentos, vinte e três (77%) disseram que sim; e sete (23%) disseram que não (Tabela 17). Pode-se perceber que um percentual significativo utiliza dos benefícios da associação, pois recentemente em parceria com a cooperativa os associados puderam comprar animais (vacas leiteiras) para aumentar sua produção, sendo que o pagamento será realizado de forma parcelada e abatendo o valor a pagar no leite entregue, mas de maneira que continue tendo dinheiro para saldar com suas despesas diárias/mensais. Além desses animais, também já adquiriram ordenha, motor, enciladeira, roçadeira, charrete, bomba de água, implementos para trator e outros, lembrando que antes não tinham e nem conseguiam comprar estes. Vale ressaltar que alguns produtores têm receio de comprar e parcelar suas compras, o que muitas vezes os impossibilita de adquirir um bem e até mesmo melhorar sua produtividade.

Tabela 17 – Aquisição de maquinários e equipamentos

Respostas	Total de respondentes	%
Sim	23	77
Não	7	23
Total	30	100

Fonte: Elaborado pela autora, com base nas pesquisas realizadas

Dos entrevistados vinte e sete (90%) ressaltaram ter realizado melhorias na propriedade após o ingresso na associação; e três (10%) ressaltaram que não (Tabela 18). Existe um pequeno percentual (10%) que fizeram melhorias em suas propriedades, mas acreditam que independente da associação isso aconteceria. Em contrapartida, através dos incentivos tanto da associação, quanto da cooperativa, SENAR e outros, vários associados perceberam, através de cursos, palestras e reuniões, a necessidade de melhorar as pastagens, formar canaviais, construir cercas, plantar roças, e até mesmo construir ou melhorar instalações físicas, entre outros.

Tabela 18 – Melhorias na propriedade após ingresso na associação

Respostas	Total de respondentes	%
Sim	27	90
Não	3	10
Total	30	100

Fonte: Elaborado pela autora, com base nas pesquisas realizadas

Situação esta que pode ser ilustrada pelas respostas a seguir:

“Através da associação e do crédito que tenho na cooperativa, pude dividir minha terra todinha com cerca de arame liso, fazer piquetes e melhorar os curral”. (03)

“Com a associação e as informação que ela nos passa, vi que pra tirar leite e ganhar um poquinho com isso, era preciso mudar e de poquinho em poquinho fui fazendo um barracão, plantando uma roça, fazendo um canavial, melhorando meus pastos, tudo foi melhorando”. (11)

“Pude formar meus pastos, fazer canavial, melhorar meu curral, construir barracão que antes eu não tinha e tirava leite na chuva e também melhorei meu gado”. (17)

É evidente que as melhorias foram muitas e significativas, mas os entrevistados também foram questionados se a associação incentiva a melhoria do produto, sendo que 100%, ou seja, os trinta associados responderam que sim e, não só incentiva como também constantemente cobra a participação em cursos, palestras, eventos e reuniões. Ainda é importante observar que ao entregar o leite na associação é feita uma análise de acidez, antes de ser misturado com o que já está armazenado no tanque resfriamento e caso apresente alguma diferença o presidente conversa com

o associado e faz uma visita a sua propriedade verificando onde está a falha. Caso a situação persista o associado recebe uma notificação e por fim se não apresentar mudanças é convidado a se retirar da associação. Também merece destaque as orientações sobre higienização, limpeza e esterilização de latões, cuidados com os animais evitando mastite e outras doenças, além da formação do Comitê Educativo.

Ao abordar a qualificação e melhoria da mão de obra (Tabela 19), vinte e dois (73%) responderam que sim, a associação incentiva e promove a qualificação; e oito (27%) responderam que não. Em parceria com EMATER, SENAR, IMA, INCRA, ITAMBÉ, cooperativa, prefeitura e outros, constantemente são realizados cursos de capacitação, palestras, debates, reuniões, dias de campo e vários outros eventos tendo como finalidade qualificar e melhorar a mão de obra, lembrando que a associação foca tanto o patriarca da família quanto sua esposa e filhos, pois acredita que com o envolvimento destes o comprometimento e a participação é maior.

Tabela 19 – Qualificação e melhoria da mão de obra

Respostas	Total de respondentes	%
Sim	22	73
Não	8	27
Total	30	100

Fonte: Elaborado pela autora, com base nas pesquisas realizadas

Quanto a promover capacitação, treinamento e eventos, vinte e nove (97%) dos entrevistados disseram que a associação promove e incentiva a participação; e um (3%) disse que não. Através de parcerias a associação consegue identificar as principais necessidades e com esta informação promover a capacitação. Também é importante destacar que muitos cursos acontecem nas próprias propriedades dos associados, onde estes concedem o espaço, à associação organiza e o parceiro realiza a capacitação, facilitando a participação dos associados.

Tabela 20 – Realização de capacitação, treinamentos e eventos

Respostas	Total de respondentes	%
Sim	29	97
Não	1	3
Total	30	100

Fonte: Elaborado pela autora, com base nas pesquisas realizadas

Enquadram neste cenário as seguintes respostas:

“A associação faz cursos, reuniões, palestras, dia de campo e também nós incentiva a participar do projeto balde cheio, que melhora nossa produção”. (05)

“Nas nossas propriedades com a ajuda da associação e do SENAR é feito cursos de ordenha, vaqueiro, doma, inseminação, manejo e tratorista, também tem outras parceira que oferece cursos de educação familiar e pintura pra nossas mulheres”. (11)

“A associação junto com a cooperativa fez o concurso leiteiro, onde ganha aquele que entrega mais leite durante um período”. (17)

“Nós participamos de programas da cooperativa e da Itambé, que ajuda a melhorar a produção e também tem o Comitê Educativo”. (23)

“Além de cursos e palestras, eu já fui ni outras associações em outras cidades, pra vê como eles trabalham e como a associação deles é e vê o que podemos fazer na nossa”. (29)

Os entrevistados também foram questionados sobre a conscientização ambiental, vinte e seis (87%) responderam que a associação promove e se preocupa com as questões ambientais; e quatro (13%) responderam não. Através de parceria com IMA, EMATER, IEF e IBAMA são realizadas reuniões e palestras abordando a importância de preservar áreas verdes, em especial nas bordas de córregos e rios, não realizar queimada em pastos, situação muito comum na região, uso de agrotóxicos, curvas de nível e fornecimento de mudas para reflorestamento.

Tabela 21 – Conscientização ambiental

Respostas	Total de respondentes	%
Sim	26	87
Não	4	13
Total	30	100

Fonte: Elaborado pela autora, com base nas pesquisas realizadas

Confirmam esta realidade os relatos a seguir:

“Em todas as reuniões é falado e também reza no estatuto”. (06)

“A associação nos orienta sobre desmatamento, queimadas e também nos mostra as multas que podemos tomar”. (13)

“Em todas as reuniões é falado que precisamos cuidar mais da natureza, como fazer as curvas de nível e os prejuízos que a queimada pode trazer”.

Já tivemos um associado que perdeu toda a capinheira e ficou sem trato por causa da queimada, depois disso não fazemos mais”. (24)

“São realizadas palestras com o pessoal do IEF, IBAMA e EMATER. Eles nos esclarece e tirar todas as nossas dúvidas”. (27)

Outra questão relevante refere-se às melhorias em serviços de saúde, educação e habitação, vinte e um (70%) dos entrevistados responderam que após o ingresso na associação houve melhorias neste; e nove (30%) responderam não ter ocorrido melhorias. Devido à participação na associação e vários benefícios proporcionados aos associados é notória a melhoria nestas condições, podendo destacar parcerias com a prefeitura local e disponibilidade de um médico para atender na sede da associação uma vez por mês. Além da existência de um agente de saúde que visita as propriedades, marcando consultas quando necessário, entregando medicamento necessário ao paciente, medindo a pressão arterial, entre outros serviços. A associação em parceria com a cooperativa, também realiza o sorteio de bolsas de estudos para os filhos dos associados.

Tabela 22 – Melhorias em serviços como saúde, educação e outros

Respostas	Total de respondentes	%
Sim	21	70
Não	9	30
Total	30	100

Fonte: Elaborado pela autora, com base nas pesquisas realizadas

Seguem algumas respostas que ilustra tal situação:

“Aqui na associação tem o sorteio de bolsas de estudo e também recebemos melhor pelo leite e com isso nossas condições melhoram, pois temos segurança”. (09)

“Com a entrega do leite na associação pude melhorar a minha casa e estudar meu filho, ele ta fazendo faculdade”. (17)

“Com mais dinheiro, podemos melhorar nossa casa, estudar nossos filhos e viver melhor. Também tem um agente de saúde que visita as fazendas”. (19)

“Há mais fartura nas coisas, tive oportunidade de melhorar minha casa, minha condição financeira melhorou, tudo melhora educação, saúde, casa”. (23)

Atendendo ao primeiro objetivo específico os entrevistados foram questionados quanto aos benefícios (ganhos) que obtiveram após o ingresso na associação, podendo destacar melhorias na receita, redução dos custos, aumento na produtividade, compra de máquinas e equipamentos, melhoria na estrutura e infraestrutura, máquinas a disposição sendo pago somente o óleo e operador (motorista), além de conhecimento e capacitação. Isso pode ser observado nos seguintes relatos:

“Depois que me filiei à associação, minha pastagem melhorou, construí um barracão, fiz cerca, canavial e comprei mais gado”. (04)

“Comprei mais vacas e também pude tratar melhor do gado, pois consigo comprar a ração por um preço menor. Ah! Também fiz financiamento, coisa que nunca tinha feito”. (07)

“Depois da associação fiquei mais entusiasmado com a atividade, também fiz mais amizade e tenho mais conhecimento. Minha vida e da minha família melhorou”. (10)

“Recebo melhor pelo leite que tiro e aprendi a fazer um manuseio correto. Também tem o trator que faz o nosso serviço e temos de pagar somente o óleo e tratorista”. (11)

“Com a associação não precisei de comprar tanque e o valor que recebo pelo leite é maior, além disso compro ração mais em conta e tenho crédito”. (19)

“Comecei a ter crédito, minha produtividade também ficou maior e eles buscam o leite na minha fazenda”. (25)

“Com a associação passei a conhecer mais as coisas e vi que fazia muita coisa errada. Também consegui comprar vacas e o crédito ficou melhor”. (30)

Consequentemente o segundo objetivo específico se propôs identificar os ganhos que contribuíram para o desenvolvimento, sendo que os associados ressaltaram como fatores primordiais ao desenvolvimento a transmissão de conhecimento, os cursos, treinamentos, credibilidade ao adquirir crédito e realizar compras com facilidade de pagamento (parceladas), incentivo a atividade e vontade de crescer, melhorias na qualidade de vida e equipamentos como trator e caminhão para a coleta de leite. Entretanto, pode-se observar que foram vários os benefícios que obtiveram, podendo destacar até a motivação que encontraram para continuar na atividade, além da amizade e disseminação de conhecimentos. Vale lembrar que em alguns casos, se não fosse a associação não teriam como permanecer na atividade,

isso devido a investimentos e melhorias que teriam de ser realizadas na propriedade.

“Com a associação eu aprendi mais, tenho mais conhecimento e quando vou buscar crédito me respeitam, tenho vontade de crescer e minha vida melhorou”. (01)

“Depois da associação o nosso leite é pago melhor, temos mais crédito e parcelam em mais vezes e também nosso conhecimento aumentou, tudo isso faz com que nossa fazenda melhore e nossa vida também”. (08)

“Tenho tranquilidade para comprar no período da seca, pois se eu não der conta de pagar a associação segura as pontas. Também temos orientação e conhecimento para melhorar a qualidade de nosso leite, antes eu produzia bem menos”. (11)

“Eu tive a oportunidade de comprar uma casa e ter uma vida melhor”. (16)

“Se não fosse a associação eu não teria como entregar meu leite, mas ele vem aqui buscar. Minhas condições financeiras também melhorou, cê pode ver que as pessoas tão crescendo”. (20)

“Primeiro foi a entrega do leite e o pagamento melhor, depois o acesso a crédito e compras na cooperativa e também as benfeitorias na propriedade. (27)

Por fim, o terceiro objetivo específico buscou verificar a satisfação dos associados com a associação, onde os trinta (100%) associados responderam estar satisfeitos, pois tiveram várias oportunidades e melhorias, tanto nas propriedades quanto pessoalmente. Enquadram neste cenário as seguintes respostas:

“Muito satisfeito, porque temos mais confiança e o convívio com o grupo”. (05)

“O presidente luta incansável para estar sempre melhorando e buscando parcerias e melhorias para nós associados”. (09)

“E muito. Ela mantém a minha vida, tiro o sustento da minha família”. (13)

“Ela transformou nossa realidade, nos fornecendo conhecimento, crédito e melhores condições para vender nosso produto e comprar o que precisamos”. (17)

“Sempre acreditei na associação, é através dela que a gente pode crescer e buscar recursos”. (21)

“Muito. Tenho mais amizade, posso comprar normalmente em todo o período, cuido melhor da minha terra, a vida de minha família melhorou muito”. (23)

“A associação mudou não só a minha fazenda mas muitas outras, pois passamos a ter conhecimento e acompanhamento na produção”. (30)

Pode-se perceber que tanto os objetivos específicos quanto o objetivo geral foram atingidos, pois os associados apontaram os benefícios e a contribuição destes para o seu desenvolvimento, merecendo destaque a transmissão de conhecimento e capacitação, que por sua vez promove o desenvolvimento e crescimento dos envolvidos. Além disso, os associados acreditam e estão satisfeitos com a associação, o que facilita o processo de cooperação e participação, em busca de um propósito comum.

A questão problema também foi respondida, pois vêem a associação como alternativa para continuarem na atividade, além de ser promotora de melhorias, tanto profissionais quanto pessoais, uma vez acaba incentivando a profissionalização da atividade e o desenvolvimento e evolução dos associados.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo colocou em discussão a importância do associativismo para os pequenos produtores de leite. Ao analisar a variável pequenos produtores de leite, propõe-se levantar a influência e utilização do associativismo como alternativa de permanência e continuidade na pecuária leiteira, tendo o propósito de responder à questão problema da pesquisa: Qual a percepção dos pequenos produtores de leite quanto aos benefícios propiciados pelo associativismo?

Para isso utilizou-se o estudo de multi casos, onde foram entrevistados os 30 (trinta) pequenos produtores de leite filiados à Associação dos Pequenos Produtores da Comunidade Alto Gado Bravos.

O objetivo da pesquisa foi alcançado, pois o associativismo foi a alternativa encontrada pelos pequenos produtores para permanecer na atividade, uma vez que os mesmos não tinham condições financeiras para realizar investimentos e a tecnologia utilizada era precária; porém, através da associação, o primeiro investimento necessário e exigência da cooperativa, que era a compra de um tanque de resfriamento, foi realizada no primeiro semestre de 2000 e todos puderam continuar entregando o leite.

Em atendimento ao primeiro objetivo específico, vale ressaltar que mediante os dados e relatos apresentados, ao ingressarem na associação os pequenos produtores obtiveram ganhos diversos, tais como: melhorias significativas nas condições financeiras, isso devido ao conhecimento adquirido e acompanhamento realizado pela associação, evolução na produtividade, aumento na receita, redução nos custos, aquisição de maquinários e implementos e melhorias na infraestrutura.

Atendendo ao segundo objetivo específico, identifica-se que houve um desenvolvimento dos associados, pois de acordo com os relatos a associação promove eventos, com a finalidade de capacitar e melhorar o processo produtivo, onde não só o associado, mas a família é convidada a participar, podendo destacar ainda cursos específicos para as esposas. Também se preocupa com as condições

sociais e ambientais, ou seja, disponibiliza atendimentos e acompanhamentos médicos, bolsas de estudos e promove a conscientização ambiental. Todos estes fatores provocam mudanças e desenvolvimento, isso é, faz com que os associados busquem por crescimento e conhecimento, o que acarreta uma melhor qualidade de vida.

Portanto, ao abordar o terceiro objetivo específico, pode-se afirmar que a satisfação unânime dos associados ocorre devido a estas situações, pois a partir de sua constituição a realidade dos filiados vem sofrendo mudanças e todas positivas, destacando ainda a autoestima e a motivação para continuar na exploração da pecuária leiteira.

Assim, de uma forma mais ampla, e respondendo à questão do problema de pesquisa apresentado neste estudo, pode-se concluir que a percepção do pequeno produtor de leite quanto aos benefícios proporcionados pelo associativismo é muito favorável, pois atribui sua evolução e conquistas à associação, relatando ainda que se não fosse à constituição da mesma não sabe qual seria sua situação atual.

Finalmente, concluiu-se que as proposições apresentadas neste estudo são verdadeiras, quais sejam:

Proposição 1: Na percepção do pequeno produtor de leite o associativismo pode ser considerado uma ferramenta propulsora de melhorias.

Proposição 2: O associativismo contribui para o desenvolvimento do pequeno produtor de leite.

Os pequenos produtores de leite são importantes para a pecuária de leite e para a economia local e brasileira, conforme já discutido anteriormente. Esta pesquisa, por meio do estudo de multi casos, visa compartilhar uma experiência para que outros segmentos se inspirem e encontrem no associativismo uma estratégia de permanência no mercado em desenvolvimento.

7.1 Limitações da Pesquisa

O estudo reflete a realidade dos pequenos produtores de leite da associação, mas uma dificuldade encontrada foi o pouco tempo para a realização da pesquisa.

7.2 Sugestões de Pesquisas Futuras

Observou-se que Unai é uma cidade com poucos estudos acadêmicos ligados ao associativismo e a pecuária.

A região dispõe de um grande número de pequenos produtores de leite, onde toda a sua produção é entregue à cooperativa, ainda é importante observar o alto número (trinta e duas) de associações filiadas a esta, sendo que também existe um grande número de associações que não são filiadas devido à atividade desempenhada.

Novos estudos deveriam ser realizados com os pequenos produtores de leite e com as associações, propondo uma comparação entre produtores e associações, com a finalidade de levantar e analisar pontos em comum com os pequenos produtores pesquisados neste trabalho.

Outra sugestão relevante seria a comparação entre pequenos produtores de leite filiados a uma associação e não associados.

Também se faz importante um estudo que levasse em conta não só o apoio da associação, mas de outros *stakeholders* envolvidos, observando as tendências do setor.

Além destas sugestões, é interessante um estudo que identificasse demandas ainda não proporcionadas pela associação e que fazem parte do estatuto e outros que embora não foram propostas neste documento, constituem aspirações dos associados.

Por fim, de acordo informações passadas pelo responsável do SENAR, seria relevante levantar o motivo pelo qual poucas apresentam resultado positivo e grande parte não.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCAR, E. **Associativismo rural e participação**. Lavras: UFLA/FAEPE, 1997.
- ALMEIDA, Jacinto Alves; FRANÇA, Ceci Pereira de Araújo. *Associativismo*. Brasília: Senar, 2004.
- AMARAL, T. G. R. do. **Caracterização de propriedades leiteiras com relação ao conhecimento técnico, gestão administrativa e atendimento das necessidades humanas**. 2009. 169 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Animal e Pastagens) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2009.
- ANUALPEC. **Anuário da pecuária brasileira**. São Paulo: FNP Consultoria & Comércio, 2010.
- _____. **Anuário da pecuária brasileira**. São Paulo: FNP Consultoria & Comércio, 2011.
- ARAUJO, Leonardo Ventura; SILVA, Sandro Pereira. Estrutura de Produção e Comercialização do Leite da Agricultura Familiar no Território da Cidadania Noroeste de Minas. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 48., 2010, Viçosa. **Anais...** Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2010.
- ARAÚJO, Massilon J. **Fundamentos de agronegócio**. São Paulo: Atlas, 2003.
- AVRITZER, L. Cultura política, associativismo e democratização: uma análise do associativismo no Brasil. In: **O novo associativismo brasileiro**. Relatório substantivo final: FORD/ANPOCS, 2004.
- BAIROS, Adriano de. **As transformações na cadeia produtiva do leite: o caso do distrito São Paulo, Carazinho, RS**. 2009. 169 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- BAPTISTA, Osvaldo Luis. **Associativismo: uma análise para o varejo farmacêutico**. 2008. Disponível em: <<http://www.giulianimarketing.pro.br/documentos/associativismo7322.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2011, 9:38.
- BATALHA, M. O. (Coord.). **Gestão Agroindustrial**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 1 v.
- BERNARDI, L. A. **Manual de empreendedorismo e gestão: fundamentos estratégicos e dinâmicas**. São Paulo: Atlas, 2003.
- BICALHO, Renata de Almeida; MACHADO, Márcia Cristina da Silva; PAÇO-CUNHA, Elcimar. Estudo das relações laticínios – pequenos produtores na região de Juiz de Fora. In: XLVI CONGRESSO DA SOCIOLOGIA BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 2008, Rio Branco. **Anais...** Rio Branco: SOBER – Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2008.
- BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós –Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v. 2, n. 1(3), p. 68-80, jan./jul.2007. Disponível em: <<http://www.emtese.ufsc.br>>. Acesso em: 06 out. 2011, 12:39.

CAMARGO, Silvia Helena Carvalho Ramos Valladão de. **Visão Sistêmica e Negociação: O Caso da Pecuária de Corte**. 2007. 243 f. Tese (Doutorado em Administração) – Curso de Pós-Graduação em Administração, Faculdade de Economia Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2007.

CAMARGO, Silvia Helena Carvalho Ramos Valladão de.; GHISI, Flávia Angeli; MARTINELLI, Dante Pinheiro. **Em Busca de Vantagem Competitiva através das Negociações nas Redes de Compras de Supermercados de Pequeno e Médio Porte: um Estudo Multicaso no Interior do Estado de São Paulo**. In: XXXVII CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE ESCOLAS DE ADMINISTRAÇÃO. Porto Alegre, 2002.

CAMPOS, Jorge de Paiva. **Ações Associativistas entre Pequenas Empresas: evidências, formulação e execução**. 2006. 188 f. Dissertação (mestrado profissional) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Mecânica, Campinas, 2006.

CANTERLE, N.M.G. **O associativismo e sua relação com o desenvolvimento**. Francisco Beltrão-Pr.: Unioeste, 2004. Disponível em: <<http://www.unioeste.br/campi/cascavel/ccsa/IXSeminarario/artigos/Artigo%2011.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2011, 15:23.

CARVALHO; Daniela Moreira de. Associação e desenvolvimento local: um estudo de caso na associação dos produtores de leite de Águas Belas/PE. **Revista Eletrônica de Administração**, Pernambuco: READ Recife, v. 12, n. 6, nov-dez, 2006.

CELLARD, A. **A análise documental**. In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Tetrópolis: Vozes, 2008.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CLEMENTE, Evandro César. **Formação, Dinâmica e a Reestruturação da Cadeia Produtiva do Leite na Região de Jales-SP**. 2006. 196 f. Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2006.

CLEMENTE, Evandro César; HESPANHOL, Antonio Nivaldo. Reestruturação da Cadeia Produtiva do Leite: a especialização do produtor é a solução? **Campo-Território: revista de geografia agrária**. Uberlândia, v. 4, n. 8, p. 180-211, ago. 2009.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.htm>. Acesso em: 22 ago. 2011, 13:00.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/823945/constituicao-da-republica-federativa-do-brasil-1988>>. Acesso em: 21 ago. 2011, 22:15.

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE UNAÍ. Disponível em: <<http://www.capul.coop.br/institucional.php>>. Acesso em: 20 ago. 2011, 16:27.

DIAZ, Giancarlo Obando. **Análise de sistemas para o resfriamento de leite em fazendas leiteiras com o uso do biogás gerado em projetos MDL/G**. 2006. 144 f.

Dissertação (Mestrado). Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

DUARTE, Ana Maria Benedito. **Manual das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte**. São Paulo: LTR, 2001.

EMBRAPA GADO DE LEITE. **Estatísticas do Leite**. Disponível em: <<http://www.cnp.gl.embrapa.br>>. Acesso em: 28 nov. 2010, 23:00.

EMBRAPA GADO DE LEITE. **Estatísticas do Leite**. Disponível em: <<http://www.cnp.gl.embrapa.br>>. Acesso em: 28 set. 2011, 13:46.

FAEP – Federação da Agricultura do Estado do Paraná. 2006. **Boletim informativo nº/909**. Disponível em: <www.faep.com.br/boletim>. Acesso em: 01 jul. 2010, 14:36.

FACHIN, O. **Fundamentos de Metodologia**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

FERREIRA, Ademir Antônio; DIVINO, Carlos Alberto Guimarães; Correa, Silvana Aparecida Martins. **Formação de Redes e Alianças Estratégicas**. 2009. Disponível em: <<http://www.ifbae.com.br/congresso5/pdf/B0106.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2011, 14:23.

FERREIRA, P. A. **Potencialidades e limitações da agricultura familiar no Sul de Minas Gerais: um diagnóstico fundamentado na abordagem interpretativa**. 2007. 128 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2007.

FERRO, A. B.; CARVALHO, M. P.; MARTIN, P. C.; SPERS, R. G.; RACHAELLE, T. C.P. Contextualização da cadeia produtiva do leite no Brasil. In: CARVALHO, M. P.; MARTIN, P. C.; WRIGHT, J. T. C.; SPERS, R. G. **Cenário para o leite no Brasil em 2020**. Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 2007. p. 21-72.

FIESP. Departamento da Indústria da Construção - DECONCIC. 2010. Disponível em: <[http://www.fiesp.com.br/deconcic/pdf/cadeia%20produtiva%20da%20construção\[1\].pdf](http://www.fiesp.com.br/deconcic/pdf/cadeia%20produtiva%20da%20construção[1].pdf)>. Acesso em: 15 out. 2011, 11:02.

FIORENTINI, Dario; LORENZATO, Sergio. **Investigação em educação matemática: percursos teóricos e metodológicos**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

FLICK, C. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo: Bookman, 2004.

FRANTZ, W. **Desenvolvimento local, associativismo e cooperação**. 2002. Disponível em: <<http://www.unijui.tche.br/~dcre/frantz.html>>. Acesso em: 02 jun. 2011, 9:25.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOBBI, Wanderléia Aparecida de Oliveira; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. A Pecuária Leiteira e a Agricultura Familiar em Ituiutaba (Mg): as Transformações na Comunidade da Canoa. *Geo UERJ – Revista do Departamento de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 2, n.19, p. 79-110, 1º semestre de 2009.

GOBBI, Wanderléia Aparecida de Oliveira. **A Pecuária leiteira na comunidade da Canoa – Ituiutaba (MG): persistência e resistência**. 2006. 250f. Dissertação

(Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

GOMES, S. T. **Cadeia agroindustrial do leite no Mercosul**. 2008. Disponível em: <[http://www.ufv.br/der/docentes/stg/stg_artigos/Art109%20%20CADEIA%20AGROINDUSTRIAL%20DO%20LEITE%20NO%20MERCOSUL%20\(20-9-97\).pdf](http://www.ufv.br/der/docentes/stg/stg_artigos/Art109%20%20CADEIA%20AGROINDUSTRIAL%20DO%20LEITE%20NO%20MERCOSUL%20(20-9-97).pdf)>. Acesso em: mar. 2010, 26:17.

GOMES, Alexandre Lopes. **Indicadores de eficiência e economia de escalas na produção de leite: um estudo de caso para produtores dos estados Rondônia, Tocantins e Rio de Janeiro**. 2006. 96 f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Universidade de São Paulo (USP), Piracicaba, 2006.

GUILHOTO, J. J. M., AZZONI, C. R. et al. **PIB da Agricultura Familiar: Brasil – Estado**. Brasília: MDA, 2007.

HESPANHOL, Rosângela A. M. **PRONAF Infra-Estrutura e associativismo rural na Região de Presidente Prudente – São Paulo**. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal9/Geografiasocioeconomica/Geografiarural/06.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2011, 16:28.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Banco de dados*. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 mai. 2011, 16:48.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. *Manual de cadastro rural*. Brasília: Incra, 2002.

JANK, M. S.; GALAN, V. B. **Competitividade do Sistema Agroindustrial do Leite**. São Paulo: USP-PENSA, 1999.

JORNAL DO SENADO. <<http://www.senado.gov.br/noticias/jornal/noticia.asp?codEditoria=22&dataEdicaoVer=20100504&dataEdicaoAtual=20100506&nomeEditoria=Comiss%C3%B5es&codNoticia=96054>>. Acesso em: 22 mai. 2011, 15:32.

KUNZLER, Marli Teresinha. **As estratégias competitivas e colaborativas e os resultados individuais e coletivos no associativismo rural em Quatro Pontes – PR**. Dissertação (Mestrado Administração) Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, 2009.

LEONELLO, João Carlos; COSAC, Claudia Maria Daher. **O Associativismo como Alternativa de Desenvolvimento Local e Sustentabilidade Social**. 2006. Disponível em: <<http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/joaocarlosleonelloeclaudiamariadahercosac.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2011, 18:52.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MANÇANO, Rosângela Verri. **O associativismo como fator de desenvolvimento econômico local: estudo de caso da associação dos produtores rurais de Corumbataí do Sul**. 2008. 74 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante) – Ciências Sociais e Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, 2008.

MATTAR, Frauze Najib. **Pesquisa de Marketing: metodologia e planejamento**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- _____. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MARION, José Carlos. **Contabilidade Rural**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- MELO, Antônio Diogo Silvério de. **Experiência associativa para aquisição e uso de tanques de expansão e resfriamento de leite**. 2006. 139 f. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Lavras (UFLA), Lavras, 2006.
- MELLO, N. A.; ASSMANN, T. S. Integração lavoura-pecuária para agricultura familiar. In: ENCONTRO DE INTEGRAÇÃO LAVOURA PECUÁRIA NO SUL DO BRASIL, 1, 2002, Londrina. **Anais...** Londrina: CEFET-PR, 2002.
- MEIRELLES, F. de S. Cadeia leiteira: tecnologia e produtividade. In: CAMPOS, E. M.; NEVES, M. F. (Coord.) **Planejamento e Gestão Estratégica do Sistema Agroindustrial do Leite no Estado de São Paulo**. 1. ed. São Paulo: SEBRAE, 2007.
- MILINSKI, Claudine Campanhol; GUEDINE, Paulo Sérgio Moreira; VENTURA, Carla Aparecida Arena. O Sistema Agroindustrial do Leite no Brasil: Uma Análise Sistêmica. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS, 4., 2008, Franca. **Anais...** Franca-MG, 2008.
- MINAYO, M. C. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1993.
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/camaras-setoriais-e-tematicas> >. Acesso em: 20 mai. 2011, 13:38.
- MORAES, Alexandra de. **Produção Leiteira e Desenvolvimento Regional: Uma análise dos agentes da cadeia produtiva na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul**. 2010. 165 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.
- MORAES, R. **Análise de Conteúdo**. In: ENGERS, Maria Emília A. (org.) **Paradigmas e Metodologias de Pesquisa em Educação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.
- MÜLLER, G. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: Hucitec: Educ, 1989.
- NABOZNY, Almir; RODRIGUES, Danilo. Associativismo Rural: avanços e retrocessos no desenvolvimento socioespacial na Comunidade de Guamirim – Irati/PR. **Campo território: revista de geografia agrária**. Uberlândia-MG, v. 6, n. 12, p. 264-286, ago., 2011.
- NOGUEIRA, Maurício Palma; TURCO, Cristiane de Paula; PAIVA, Hélio Afonso Braga de; LOPES, Maíra Bacha. Produção Leiteira. In: **Estratégias para o leite no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2006.
- PAULA, E. B. de; CASTRO, M. C. D.; MOTA, M. M. O mercado de leite fluído em Juiz de Fora: uma breve análise. **Revista Eletrônica de Economia**. Juiz de Fora-MG, n. 5, mar, 2005.

PEDROZO, Ízula Luiza Pires Bacci. **Produção familiar e associativismo: modos de vida e reprodução socioeconômica da comunidade rural de Taquaruçu Grande – Palmas/TO.** 2006. 142 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

PETRONE, M. T. S. **O imigrante e a pequena propriedade (1824 – 1930).** São Paulo: Brasiliense. 1982.

PINHEIRO, Mauro Estenio Façanha. **Eficiência da produção familiar de leite: identificando benchmarks.** 2007. 155 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócio). Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

Prefeitura Municipal de Unaí. Disponível em: <http://www.prefeituraunai.mg.gov.br/areas_interativas/noticias/banco_noticias_final.php?subaction=showfull&id=1249492165>. Acesso em: 28 ago. 2011, 17:02.

Projeto de Lei (PSL 325/06) <<http://www.maranhaohoje.com.br/index.php/economia/agribusiness/2076-senado-analisa-nova-nesta-terca-feira-nova-definicao-sobre-o-produtor-rural>>. Acesso em: 16 ago. 2011, 14:09.

RAMALHO, J. E. **Etapas do processo de integração econômica do Mercosul.** 2009. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/comissoes/cpcms/oqueeomercosul.html/mercosulpolitico>>. Acesso em: 30 jun. 2011, 15: 47.

REVISTA LEITE INTEGRAL. Disponível em: <http://www.revistaleiteintegral.com.br/corpo_noticia.php?not=1057>. Acesso em: 30 nov. 2010, 21:40.

SANABIO, Marcos Tanure; ANTONIALLI, Luiz Marcelo. Complexos Agroindustriais e Associativismo no Setor Leiteiro: Experiências que Precisam ser Conhecidas. In: XLV CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 2008, Londrina. **Anais...** Londrina, 2008.

SARON, Flávio de Arruda; HESPANHOL, Antonio Nivaldo. **O papel do associativismo para o desenvolvimento rural no município de Urânia-SP.** 2011. Disponível em: <<http://www.fct.unesp.br/encontros/engrup>>. Acesso em: 30 jun. 2011, 17:38.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUIDANI, Joel Felipe. Pesquisa Documental: Pistas Teóricas e Metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais.** Ano I, nº I, julho de 2009. Disponível em: <http://rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.Pesquisa%20documental.pdf> , acesso em: 06 nov. 2011, 13:46.

SERRA, M. A.; PAULA, N. M. de. Desenvolvimento Local: A Experiência Paranaense com os Arranjos Produtivos Locais. In: MELO, R. L. de; HANSEN, D. L. (Orgs.). **Desenvolvimento Regional: novas e velhas questões.** Aracaju: Editora da UFS, 2007.

SILVA, J. G. da. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira.** Campinas: UNICAMP, 1996.

SILVA, José Maria da; SILVEIRA, Emerson Sena da. **Apresentação de trabalhos acadêmicos: normas e técnicas.** 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

SILVA, Martha Esthela Santos; BARONE, Luis Antônio. **Organização Produtiva e Associativismo em Assentamentos Rurais: uma ação de resistência e permanência.** 2009. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/semanas/geografia/geografiaruraleagraria/TCGRA08%20-%20Martha%20Esthela%20Santos%20Silva%20e%20Luis%20Antonio%20Barone.pdf>>. Acesso: 21 ago. 2011, 18:57.

SINGER, P. Uma utopia militante. *Repensando o socialismo*. Rio de Janeiro. Vozes. 1998.

SPEA – **Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.** Disponível em: <<http://www.agricultura.mg.gov.br/>>. Acesso em: 30 de jul. 2010, 21:42.

SPEA – **Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.** Disponível em: <<http://www.agricultura.mg.gov.br/>>. Acesso em: 02 de ago. 2010, 9:14.

SECRETARIA DO ESTADO DA FAZENDA DE MINAS GERAIS. Disponível em: <http://www.fazenda.mg.gov.br/empresas/legislacao_tributaria/ricms/anexo_x_3.htm>. Acesso em: 30 jul. 2011.

STIGLITZ, J. E. **Making globalization work.** New York: Pengu Books, 2006.

ANEXOS**ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTA****ROTEIRO DE ENTREVISTA**

Caro Produtor, esta entrevista tem como objetivo levantar informações para a realização da dissertação de Mestrado Profissional em Administração sobre a Percepção dos Pequenos Produtores de Leite sobre o Associativismo.

Não é necessária a identificação, peço simplesmente que sejam verdadeiros nas respostas.

Obrigada pela participação!

Lidiane Campos.

CARACTERIZAÇÃO DOS PRODUTORES E PROPRIEDADES

1. A pecuária ocupa uma área explorada de:

- () Até 30 ha
- () De 30 a 50 ha
- () De 50 a 100 ha
- () De 100 a 150 ha
- () De 150 a 200 ha

2. Como iniciou a atividade pecuária?

- () Arrendamento
- () Parceria
- () Herança
- () Capital próprio
- () Oportunidade de um novo negócio

3. Há quanto tempo está na atividade?

- () Abaixo de 10 anos

- () De 10 a 15 anos
- () De 16 a 20 anos
- () De 21 a 25 anos
- () De 26 a 30 anos
- () Acima de 30 anos

4. Qual a quantidade de leite que entrega à associação?

- () Até 50 litros
- () De 50 a 100 litros
- () De 100 a 150 litros
- () De 150 a 200 litros
- () Acima de 200 litros

5. Quantas pessoas residem na propriedade? _____

6. Quantas pessoas trabalham na propriedade? _____

DADOS SOBRE O ASSOCIATIVISMO

1. Com a formação da associação alguns produtores retornaram à atividade leiteira?

- () Sim () Não

2. Houve ingresso de novos produtores na atividade leiteira?

- () Sim () Não

3. O leite é comercializado somente através da associação?

- () Sim () Não

Em caso negativo, qual o outro meio de comercialização do leite?

4. O leite é vendido em conjunto?

- () Sim () Não

5. Os associados conseguiram algum benefício com a venda em conjunto?

Sim Não

Em caso positivo, quais os benefícios têm alcançado com a venda em conjunto?

6. A associação realiza compra em conjunto para os associados?

Sim Não

7. Quando realiza compra em conjunto, os preços diminuem?

Sim Não

Em caso de resposta positiva em que proporção os preços diminuem?

5% 10% 15% 20% 25% acima de 25%

8. O que compram em conjunto?

9. Com a participação na associação, a receita ou o dinheiro captado pela empresa aumentou?

Sim Não

Em caso positivo, em que proporção?

5% 10% 15% 20% 25% acima de 25%

10. Com a participação na associação, os custos foram reduzidos?

Sim Não

Em caso positivo, em que proporção?

5% 10% 15% 20% 25% acima de 25%

11. Com a participação na associação, houve melhoria na produtividade do leite?

Sim Não

Em caso positivo, em que proporção?

5% 10% 15% 20% 25% acima de 25%

12. A associação busca melhores oportunidades (financeiras e tecnológicas) para os associados?

() Sim () Não

Em caso positivo, como?

13. A associação promove o acesso ao crédito?

() Sim () Não

Em caso positivo, como?

14. Você tem algum benefício ao buscar o crédito através da associação?

() Sim () Não

Em caso positivo, quais?

15. Com a formação da associação, houve aquisição de animais, maquinários, equipamentos, etc?

() Sim () Não

Em caso positivo, quais?

16. Após o ingresso na associação, houve melhorias na propriedade?

() Sim () Não

Quais?

17. A associação promove a melhoria na qualidade do produto?

() Sim () Não

Em caso positivo, como?

18. A associação promove qualificação e melhoria da qualidade da mão de obra?

() Sim () Não

Em caso positivo, como?

19. A associação promove capacitação, treinamentos e eventos com a finalidade de transmitir conhecimento?

() Sim () Não

Em caso positivo, como é realizado?

20. A associação promove a conscientização ambiental?

() Sim () Não

Em caso positivo, como?

21. Com a associação houve melhoria de algum tipo de serviços (educação, saúde, habitação)?

() Sim () Não

Em caso positivo, quais e como?

22. Após o ingresso na associação, quais os benefícios lhe foram proporcionados?

23. Quais os benefícios você obteve com a participação na associação os quais lhe proporcionou desenvolvimento?

24. Você está satisfeito com a associação?

() Sim () Não

Por que?

ANEXO B – ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES DA COMUNIDADE ALTO GADO BRAVO

ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES DA COMUNIDADE ALTO GADO BRAVO

CAPÍTULO I

Da Denominação, Sede e Fins

Art. 1º A Associação dos Pequenos Produtores da Comunidade Alto Gado Bravo, nome fantasia Associação Alto Gado Bravo, fundada em 26/01/2000 (vinte e seis de janeiro de dois mil), é uma entidade civil, sem fins lucrativos que terá duração por tempo indeterminado, com sede na Comunidade Alto Gado Bravo, no município de Dom Bosco, Estado de Minas Gerais, e foro na comarca de Bonfinópolis de Minas/MG; renunciando a todos os outros por mais privilegiados que sejam.

Art. 2º A Associação dos Pequenos Produtores da Comunidade Alto Gado Bravo, tem por finalidades:

1. Proteção da saúde familiar, da maternidade, da infância e da velhice, desenvolvendo o combate à desnutrição e mortalidade infantil, programa de orientação às gestantes, planejamento familiar, prevenção do câncer, das doenças cardíacas e orientação para higiene bucal, além de desenvolver programas de atividades orientadas para grupos de idosos;
2. Combate à pobreza e fome com distribuição de cestas básicas, leite, roupas e ferramentas de trabalho;
3. Habilidade e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência, oferecendo-lhes oportunidades de trabalhos de acordo com seus limites, dos equipamentos de acordo com a deficiência para sua reabilitação;
4. Divulgação da cultura e do esporte mediante palestras, torneios, teatros e criação de espaços culturais esportivos e incentivo ao pluralismo cultural;
5. Proteção do meio ambiente, criando condições de proteção do meio ambiente e desenvolvimento de atividades ligadas ao turismo ecológico;

6. Programas de orientação agropecuária promovendo parceria com órgãos da área para desenvolver melhor o uso da terra, do plantio, da criação de animais, bem como fazer os levantamentos das maiores carências deste setor;
7. Filiar-se a outra entidade congêneres em nível regional ou estadual sem perder o poder de decisão;
8. Adquirir imóveis rurais ou urbanos para exploração de seus associados;
9. Adquirir e repassar, na medida em que o interesse social o aconselhar, gêneros alimentícios diversos (seco e molhado) insumos, máquinas e equipamentos para fornecimento a seus associados;
10. Prestar assistência técnica e tecnológica ao quadro social, em estreita colaboração com órgãos atuantes no setor;
11. Adquirir, construir ou contratar com terceiros a infraestrutura necessária para a produção coletiva de produtos e/ou serviços de seus associados;
12. Adquirir bens de consumo, junto a fontes produtoras ou distribuidoras nacionais ou estrangeiras, fornecendo-os nas melhores condições possíveis a seu quadro social;
13. Captar financeiramente junto às agências de desenvolvimento públicas e/ou privadas para o desenvolvimento do empreendimento associativo, no âmbito de seus objetivos sociais;
14. Realizar cursos de capacitação associativista e profissional para o seu quadro social;
15. Receber, transportar, classificar, padronizar, armazenar, beneficiar, industrializar, embalar e comercializar a produção de seus associados, registrando suas marcas, quando for o caso;
16. Registrar-se como armazém geral, operando com armazéns próprios ou arrendados e expedir "Conhecimento de Depósitos" para os produtos que foram depositados e conservados nos termos da legislação aplicável;
17. Produzir, beneficiar industrializar e embalar, por conta própria ou de terceiros, bens de consumo destinados aos associados;
18. Quando possível, fazer adiantamentos em dinheiro sobre o valor dos produtos recebidos dos associados, ou que estejam em fase de produção, levando em consideração o cadastro do associado e critérios de reciprocidade;

19. Fornecer assistência técnica, educacional e social a seus associados no que for necessário para melhor executarem o trabalho de produção rural;
20. Realizar, em benefício de associados interessados, seguro de vida coletivo e outras providências de seguros referentes às atividades específicas da categoria;
21. Desenvolver atividades atinentes à conservação e à preservação do meio ambiente, bem como ao uso sustentável dos recursos naturais e à promoção de empreendimentos ecologicamente corretos;
22. Promover, no âmbito social e extensivo à comunidade em geral, eventos de informações e capacitação nas áreas tecnológica referente às produções e à administração rural integrada;
23. Promover, com recursos próprios ou em convênios, a plena capacitação dos quadros social, funcional, técnico, executivo e diretivo da associação;
24. Viabilizar novas tecnologias e projetos tecnológicos para usufruto do quadro social;
25. Prestar outros serviços relacionados com as atividades sociais e econômicas da associação;

Parágrafo Único. A associação poderá participar de empresas não-associativas para desenvolver atividades complementares da legislação associativista em vigor.

Art. 3º A associação realizará suas atividades sem a finalidade de lucro e no desenvolver de suas atividades, à associação não fará qualquer discriminação de ordem política, de raça, cor, sexo ou religião.

Art. 4º A associação terá um Regimento Interno, que será aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária, com a finalidade de disciplinar o funcionamento da associação.

Art. 5º Para cumprir suas finalidades a associação poderá criar comissões de prestação de serviços, quantas forem necessárias, as quais serão disciplinadas pelo Regimento Interno constante no artigo anterior, ou por outro regimento aprovado para tal finalidade.

CAPÍTULO II

Dos Sócios

Seção I

Art. 6º Poderá participar da associação homens, mulheres, jovens acima de 16 anos, tendo número limitado de sócios que é de 30 (trinta) associados, residentes na comunidade ou nas comunidades vizinhas que não tiver associação, distribuídos nas seguintes categorias:

- I. Fundador
- II. Sócio
- III. Benfeitor
- IV. Honorário
- V. Contribuinte

Parágrafo Primeiro: Poderão associar-se os proprietários até 04 (quatro) módulos fiscais, (correspondente pela legislação vigente para nossa localidade em duzentas hectares), moradores e arrendatários que residam na área de abrangência da associação, que trabalhem em regime de agricultura familiar.

Parágrafo Segundo: Os sócios respondem subsidiariamente pelas obrigações contraídas na associação e pela diretoria da mesma, desde que tais obrigações sejam aprovadas pelos sócios em Assembleia Geral.

Parágrafo Terceiro: O número de associados é limitado quanto ao máximo, não podendo em hipótese alguma ultrapassar a 30 (trinta) sócios e nunca poderá ser inferior a 10 (dez) sócios, a não ser que mude as leis do Associativismo.

Parágrafo Quarto: Não poderá ser readmitido o associado que se desligar da associação num período inferior a 03 (três) anos, por igual motivo.

Parágrafo Quinto: Será permitida a admissão de pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tenham os mesmos objetivos das pessoas físicas.

Dos Direitos dos Sócios

Seção II

Art. 7º São direitos dos sócios quites com suas obrigações sociais:

- I. Votar e ser votado para os cargos da Diretoria e Conselho Fiscal;
- II. Tomar parte nas Assembleias Gerais;
- III. Fiscalizar as atividades da Diretoria;
- IV. Usufruir dos benefícios que a associação vier a conseguir.

Dos Deveres dos Sócios

Seção III

Art. 8º São deveres dos sócios:

- I. Cumprir as disposições estatutárias e regimentais, bem como as decisões aprovadas pela Assembleia Geral;
- II. Acatar as determinações da diretoria;
- III. Fiscalizar os atos da diretoria e a documentação da associação;
- IV. Pagar a contribuição de acordo com a decisão da Assembleia Geral.

CAPÍTULO III

Da Administração

Art. 9º A associação será administrada pela:

- I. Assembleia Geral;
- II. Diretoria;
- III. Conselho Fiscal;

Art. 10º A Assembleia Geral, órgão soberano da associação, constituir-se-á dos sócios em pleno gozo de seus direitos estatutários.

Art. 11º Compete à Assembleia Geral ordinária:

1. Eleger a Diretoria, Conselho Fiscal e demais chapas que a associação precisar;

2. Aprovar o balanço de contas da associação e o relatório anual de atividades;
3. Elaborar e aprovar plano de trabalho mensal, trimestral, semestral ou anual, de acordo com as necessidades da associação;
4. Decidir os assuntos rotineiros;

Art. 12º Compete a Assembleia Geral extraordinária:

1. Decidir sobre a reforma do Estatuto Social;
2. Decidir sobre a extinção da entidade;
3. Aprovar o regimento interno;
4. Destituir parcialmente ou totalmente a Diretoria quando for o caso;
5. Aprovar todas as decisões com a finalidade de beneficiar as associações.

Art. 13º A Assembleia Geral realizar-se-á ordinariamente, trimestralmente para os assuntos comuns e uma vez por ano para:

1. Apreciar o relatório anual da Diretoria;
2. Discutir e aprovar o balanço de contas aprovado pelo Conselho Fiscal.

Art. 14º A Assembleia Geral realizar-se-á extraordinariamente quando convocada:

1. Pela Diretoria;
2. Pelo Conselho Fiscal;
3. 1/5 (um quinto) dos sócios quites com as obrigações sociais.

Art. 15º A convocação das Assembleias Gerais será feita por meio de convite nominal a cada associado, com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

Parágrafo Primeiro: Qualquer assembleia instalar-se-á em primeira convocação com a presença de 2/3 (dois terços) dos associados com direitos a voto e em segunda convocação após 30 (trinta) minutos, com 50% (cinquenta por cento) mais um e em terceira e última convocação após 15 (quinze) minutos, com qualquer número de sócios quites com as obrigações sociais.

Da Composição da Diretoria

Art. 16º A associação será dirigida por uma Diretoria constituída de Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Vice-secretário, Tesoureiro, Vice-Tesoureiro, uma chapa composta de 03 (três) e 06 (seis) membros para compor o

quadro de suplentes eleito e Assembléia Geral, especialmente convocada para este fim.

Parágrafo Único: O mandato da Diretoria será de 02 (dois) anos, podendo ser reeleito por mais um período consecutivo.

Art. 17º Compete à Diretoria:

1. Elaborar e executar programa anual de atividades;
2. Elaborar e apresentar, à Assembleia Geral, o relatório anual de atividades;
3. Entrosar-se com instituições públicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum;
4. Contratar e demitir funcionários;
5. Administrar a associação e seus bens;
6. Apresentar relatório de prestação de contas a cada 03 (três) meses, ou de acordo com as necessidades da associação.

Art. 18º A Diretoria reunir-se-á ordinariamente mensalmente e extraordinariamente quando for necessário.

Parágrafo Único: O quorum para as reuniões da Diretoria será de 50% (cinquenta por cento) mais um dos Diretores e serão registradas em livro próprio as decisões aprovadas pela maioria.

Art. 19º Compete ao Presidente:

1. Representar a associação judicial e extrajudicialmente;
2. Cumprir e fazer cumprir este Estatuto e o Regimento Interno;
3. Presidir a Assembleia Geral;
4. Convocar e presidir as reuniões da Diretoria e Assembleia Geral;
5. Assinar cheques e outros documentos contábeis com o tesoureiro;
6. Manter informado interno e externamente, os associados;
7. Assinar em conjunto com o tesoureiro os cheques da associação ou de outras movimentações.

Art. 20º Compete ao Vice-Presidente:

1. Substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos;
2. Assumir o mandato em caso de vacância até seu término;
3. Prestar de modo geral, a sua colaboração ao Presidente e à associação;
4. Assinar em conjunto com o tesoureiro os cheques da associação ou de outras movimentações quando estiver em posse do cargo de Presidente, nas ausências do Presidente;

Art. 21º Compete ao Secretário:

1. Secretariar as reuniões da Diretoria e Assembleia Geral e realizar as atas;
2. Publicar todas as notícias das atividades da entidade;
3. Elaborar os relatórios das atividades e cuidar das correspondências enviadas e recebidas;
4. Organizar o fichário dos associados.

Art. 22º Compete ao Vice-Secretário:

1. Substituir o Primeiro Secretário em suas faltas ou impedimentos;
2. Assumir mandato, em caso de vacância, até o seu término;
3. Prestar de modo geral, a sua colaboração ao primeiro secretário.

Art. 23º Compete ao Tesoureiro:

1. Arrecadar e contabilizar as contribuições dos associados, rendas, auxílios e donativos, mantendo em dia a escrituração;
2. Pagar as contas autorizadas pelo Presidente;
3. Apresentar relatórios de receita e despesas, sempre que forem solicitados;
4. Apresentar o relatório financeiro para ser submetido à Assembleia Geral;
5. Apresentar balancete ao Conselho Fiscal e associados, de acordo com este Estatuto ou quando solicitado pela Diretoria;
6. Conservar sob sua guarda e responsabilidade, os documentos relativos à tesouraria;
7. Assinar cheques e documentos contábeis juntamente com o Presidente.

Art. 24º Compete ao Vice-Tesoureiro:

1. Substituir o Primeiro Tesoureiro em suas faltas ou impedimentos;
2. Assumir o cargo em caso de vacância até o término do mandato;
3. Prestar de modo geral a sua colaboração ao primeiro tesoureiro.

Art. 25º O Conselho Fiscal será constituído por 03 (três) membros e seus suplentes, serão empossados respeitando a ordem de eleição.

Parágrafo Único: O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria e em caso de vacância de cargo, este será assumido pelos respectivos suplentes.

Art. 26º Compete ao Conselho Fiscal:

1. Examinar os livros de escrituração das entidades;
2. Examinar o balancete nos termos deste Estatuto apresentado pelo tesoureiro, opinando a respeito;

3. Apreciar balancetes e relatórios anuais da Diretoria;
4. Opinar, sobre a aquisição e alienação de bens.

Parágrafo Único: O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente a cada 03 (três) meses e extraordinariamente sempre que necessário.

Art. 27º As atividades dos diretores, conselheiros, bem como as dos sócios serão inteiramente gratuitas, sendo-lhes vedado o recebimento de qualquer lucro, gratificação, bonificação ou vantagens.

Art. 28º A instituição distribuirá lucros ou resultados dividindo bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio, desde que tais benefícios tenham sido adquiridos através de arrecadações feitas dos associados ou empréstimos públicos ou privados, onde sejam fiadores os associados no final de cada ano letivo e aprovado pela Assembleia Geral, convocada especialmente para este fim.

Art. 29º As rendas, recursos e eventual resultado operacional serão aplicados integralmente na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais, no território nacional respeitando o Artigo anterior e após aprovação da Assembleia Geral.

CAPÍTULO IV

Demissão, Eliminação e Exclusão

Art. 30º A demissão do associado será feita a seu pedido, formalmente dirigido à Diretoria da Associação e esta por sua vez levará ao conhecimento da Assembleia Geral e não poderá ser negado.

Art. 31º A eliminação do associado será feita:

- I. Por manter qualquer atividade colidente com os objetivos sociais da associação;
- II. Levar a associação à prática de atos judiciais para obter o cumprimento de obrigações por ele contraído;
- III. Por deixar de cumprir as obrigações por ele contraídas na associação;
- IV. Por deixar de realizar, com a associação operações que constituem seu objetivo social;

- V. Depois de notificado, voltar a infringir disposições da Lei, deste Estatuto e das Resoluções e Deliberações regularmente tomadas pela associação;
- VI. Praticar atos que desabonem no conceito social, prejudicar material ou moralmente a associação, associados e/ou dirigentes;
- VII. Por faltar em 03 (três) reuniões consecutivas e não apresentar esclarecimento aceito pelos sócios ou atestado médico e neste caso não terá processo administrativo ou perdão, sendo considerado como falta de interesse do sócio, assim sendo será providenciado sua substituição.

Parágrafo Primeiro: Se o associado praticar atos tais como: fraude contra a associação ou a legislação fito-sanitário, furto, roubo ou agressão física a algum integrante da administração ou associado, podendo, através da aprovação da Assembleia Geral declarar suspensas as atividades do associado enquanto ocorrer o processo administrativo.

Parágrafo Segundo: O processo de eliminação do associado será obrigatoriamente precedido de processo administrativo, assegurando o contraditório, amplo direito de defesa.

Parágrafo Terceiro: Cópia autenticada da decisão será remetida ao interessado no prazo de 30 (trinta) dias por processo que comprove os fatos da remessa e do recebimento.

Parágrafo Quarto: O associado acusado poderá, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da notificação, interpor recurso, que terá efeito suspensivo até a primeira Assembleia Geral.

Art. 32º A exclusão do associado será feita:

- I. Por dissolução ou falência da pessoa jurídica;
- II. Por morte da pessoa física;
- III. Por incapacidade civil não suprida;
- IV. Por deixar de atender aos requisitos estatutários de ingresso ou permanência na associação.

Parágrafo Único: As exclusões fundamentadas nas disposições do inciso IV, deste artigo, será feita por decisão do Conselho de Administração e aprovação da Assembleia Geral, aplicando-se no caso o disposto no artigo 31 (trinta e um) em seus parágrafos 2º, 3º e 4º.

Art. 33º Os deveres dos associados perduram, para demitidos, eliminados e excluídos, até que sejam aprovados, pela Assembléia Geral, as contas do exercício em que ocorreu o desligamento.

Art. 34º O associado demitido, eliminado ou excluído, que quiser voltar ao quadro social da associação só poderá fazer cumprindo as formalidades deste Estatuto, das normas regimentais, após ressarcimento dos danos causados à associação, e aprovado seu retorno pela Assembleia Geral, respeitando o artigo 6º e seu parágrafo 4º.

CAPÍTULO V

Das Substituições de Associados

Art. 35º Ocorrendo Demissão, Eliminação ou Exclusão de associados, as substituições serão efetuadas, respeitando a legislação vigente, este Estatuto, Regimento Interno da associação, amparado nas decisões da Assembléia Geral, especialmente convocada para este fim.

Art. 36º As substituições de que trata o artigo anterior poderão ser feitas nos seguintes termos:

Parágrafo Primeiro: Ocorrendo necessidade de substituições, e após esgotado todos os meios, as diretrizes da associação, apresentará os pretendentes as substituições, e estes terá sua exigibilidade avaliada e concluído as exigências legais, a Assembléia Geral votará e deferirá ou indeferirá a substituição.

Parágrafo Segundo: O substituto terá que assumir todos os compromissos deixados pelo demitido, eliminado ou excluído junto à associação, acertando também todos os direitos por este adquirido durante o tempo que esteve associado.

Parágrafo Terceiro: A avaliação dos valores referentes aos direitos adquiridos pelo associado poderá ser feito amigável entre as partes, e assim feito será lavrado o acordo, constando todos os passos acertados e condições de pagamentos dos valores apurados ao demitido, eliminado ou excluído, pelo seu substituto.

Parágrafo Quarto: Não sendo possível o acordo amigável, os meios jurídicos deverão ser acionados para julgar os recursos, respeitando o amplo direito de defesa a ambas partes envolvidas que após julgado deverão acatar todas as decisões tomadas pelo meio jurídico acionado.

Parágrafo Quinto: A transferência das responsabilidades, total ou parcial, será lavrada em ata e feita à ficha de filiação mediante termo que contará as assinaturas do Cedente, do Cessionário e do Presidente da Associação.

Parágrafo Sexto: Os direitos deverão ser pagos à vista ou parcelados, em conformidade com o acordo firmado entre as partes, não podendo em hipótese alguma ultrapassar a data de 31 de dezembro, data em que finda o ano social da negociação.

Art. 37º Na hipótese de morte do titular fica seu cônjuge ou dependentes obrigados a assumir os compromissos perante a entidade, nos termos da ficha de filiação por assinada e reconhecida sua legalidade no cartório, passando automaticamente o responsável a compor o quadro social da associação.

Art. 38º A associação poderá recusar a admissão do substituto, por impossibilidade técnica de prestação de serviço, por ter sua exibibilidade contestada ou quando seus antecedentes não o recomendarem.

Art. 39º Cumprindo o disposto nos artigos e parágrafos anteriores deste capítulo, o associado ou substituto adquire os direitos e assume os deveres e obrigações constantes na lei, no Estatuto e nas deliberações regulamentarmente tomadas pela Assembleia Geral onde deverá ser assinado acordo contendo todas as condições estabelecidas para a admissão.

CAPÍTULO VI

Do Patrimônio

Art. 40º O patrimônio da associação será constituído de:

- I. Bens móveis e imóveis e todas as ações e bens que a associação vier a adquirir;
- II. Por auxílios, doações ou subvenções provenientes de qualquer entidade pública ou privada;
- III. Por contribuições mensais de associados, nos termos em que forem estabelecidos pelo Assembleia Geral;
- IV. Por receitas ou resultados provenientes de prestação de serviço ou de contraprestação em programas assistenciais.

CAPÍTULO VII

Da Gerência

Art. 41º As atividades da associação poderão ser realizadas, em nível de execução por um gerente escolhido e contratado pela Diretoria, dentre elementos de reconhecida experiência e capacidade administrativa.

Parágrafo Primeiro: As atribuições do gerente serão estabelecidas no Regimento Interno.

Parágrafo Segundo: O gerente comparecerá, obrigatoriamente, sem direito a voto, às reuniões da Diretoria e Assembleia Geral, salvo justificado impedimento.

CAPÍTULO VIII

Da Contabilidade

Art. 42º A contabilidade da associação obedecerá às disposições vigentes e tanto ela como os demais registros obrigatórios deverão ser mantidos em perfeita ordem e em dia.

Da Dissolução

Art. 43º A associação será dissolvida por decisão da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, quando se tornar inviável a continuação de suas atividades, obedecendo ao quorum da primeira convocação no parágrafo 2º do artigo 15º deste Estatuto.

Art. 44º No caso de dissolução da associação, os bens remanecentes terão destinação respeitando o artigo 28º deste Estatuto, e os bens adquiridos através de convênios, doações ou verbas de subvenções serão destinados a outra instituição congênera legalmente constituída que esteja registrada no Conselho Nacional de Assistência Social.

Art. 45º O presente Estatuto poderão ser reformado em qualquer tempo por decisão da maioria absoluta dos associados, em Assembleia Geral especialmente convocada para este fim.

CAPÍTULO IX

Das Disposições Finais

Art. 46º Os casos omissos a este Estatuto será resolvido pela Diretoria e referendado pela Assembleia Geral.

Art. 47º O presente contém 47 (quarente e sete) artigos e 25 (vinte e cinco) parágrafos e foi aprovado na Assembleia Geral convocada especialmente para este fim, realizada dia 27/04/2004 (vinte e sete de abril de dois mil e quatro) na Câmara Municipal de Dom Bosco/MG e entra em vigor na data de seu registro em cartório, em substituição ao Estatuto vigente da associação, fundada em 26/01/2000 conforme protocolo 1ª nº 796, página 080 prenotado em 26/01/2000 e registrado em 26/01/2000 no livro A-1-P Jurídica à folha 05, sob o número R-1=405 do Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas “Jarbas Alves de Mendonça” da Comarca de João Pinheiro, estado de Minas Gerais.